

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXVII • Nº 386
Brasília-DF • Junho/Julho 2016



ENTREVISTA Gercília Krahô: "O Rio Vermelho tá morrendo... Acredito que o Matopiba vai acabar com a água".

Páginas 6 e 7

Massacre de Caarapó - a violência no Mato Grosso do Sul mata mais um Guarani e Kaiowá. Ataques têm sido diários

Páginas 10 e 11

O Cerrado vai virar Sertão?

Em sua III Assembleia, indígenas de Goiás e Tocantins denunciam que o bioma, verdadeiro "berço das águas" e de povos e comunidades tradicionais, é visto pelo agronegócio apenas como o "celeiro do Brasil". Desmatamento e desaparecimento dos rios são as consequências.

Páginas 8 e 9

Papa clama por respeito aos povos indígenas

“Que sejam respeitados os povos indígenas, ameaçados na sua identidade e até na sua existência”. Com este clamor, o Papa Francisco pediu para todos unirem suas intenções em oração, durante o mês de julho, para os povos originários que resistem em vários países do mundo. No Brasil, a súplica feita pelo Pontífice se somou às das entidades que vêm, há décadas, denunciando as violações de direitos dos povos indígenas e a crescente violência contra eles. Nos últimos anos, um grande investimento político tem sido feito pelos Três Poderes do país no sentido de retroceder direitos constitucionais destes povos, com o objetivo de, em nome da defesa de um desenvolvimento excludente e predador, garantir a apropriação e abertura de seus territórios ancestrais para a exploração destes e dos bens comuns neles existentes.

É triste reconhecer que diversos povos indígenas vivem em um contexto de extrema vulnerabilidade e é explícita a necessidade de ações concretas para garantir suas vidas e os seus direitos, especialmente os territoriais. No entanto, os desafios têm se tornado ainda mais difíceis e esta situação tende a se agravar. A atual conjuntura de profunda instabilidade política no país, com o interino Michel Temer na Presidência da República, se reflete nas aldeias, e é perceptível um agravamento dos ataques ruralistas às comunidades originais do Brasil. No Mato Grosso do Sul, eles têm sido quase diários. E ocorrem de forma extremamente brutal, já que os cercos aos frágeis acampamentos são feitos, geralmente à noite, com trator/pá carregadeira, dezenas de caminhonetes e com a utilização de muitas armas de fogo e diversos tipos de intimidação. Concomitantemente, projetos do agronegócio, como o Plano de Desenvolvimento Agropecuário Matopiba, tendem a decolar, apesar deste projeto, especificamente, causar a destruição do Cerrado e a expulsão de diversos povos indígenas e comunidades tradicionais de seus territórios originais.

Esta realidade vem sendo cada vez mais conhecida pelo Papa. Assim como os clamores dos povos indígenas por justiça e dignidade. Antes de fazer o seu apelo mundial por respeito aos indígenas, o Papa recebeu, em 29 de junho, o presidente

do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e arcebispo de Porto Velho (RO), Dom Roque Paloschi. Nas mãos, o bispo levou uma carta manchada com o sangue histórico e ainda tão atual: a denúncia sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, com uma cópia do relatório do Cimi, de 2014, que sistematiza dados da violência contra os povos indígenas. A carta e as estatísticas trágicas evidenciam os inaceitáveis absurdos que continuam ocorrendo em pleno século XXI.

A resposta do “hermano argentino” veio franciscana, ao afirmar que quer ser “eco e porta-voz dos anseios mais profundos dos povos indígenas”. Não se propõe a falar em nome deles, mas a se juntar no coro das representações internacionais necessárias para que as vozes vindas das aldeias não se percam na imensidão nessa temporada mundial de retrocessos políticos. O Papa mostra que não se pretende protagonista dessa pesada tarefa, ao pedir que todos se juntem à voz dele para que “de todo o coração, peçamos que sejam respeitados os povos indígenas”.

Ao final da visita ao Vaticano, Dom Roque retransmitiu a mensagem do Papa de incentivo para que o Cimi cumpra sua missão profética de defesa da vida e da criação e, sobretudo, dos povos indígenas. “O Papa diz que precisamos ir para frente – adelante – para que, verdadeiramente, a Igreja não se omita nessa sua missão de ser a presença do consolo e da misericórdia da voz que se conjuga com os esforços deles para que eles tenham vida, vida em abundância”, lembrou o presidente do Cimi.

Além de replicar firmemente o lamento das aldeias, Dom Roque tem bradado alto contra dezenas de situações de extrema vulnerabilidade em áreas indígenas. É o caso do povo Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Duas semanas antes do encontro de Dom Roque com o Papa, houve um massacre na Terra Indígena Douradosamambaí Pegua I, no município de Caarapó, que deixou um indígena morto e pelo menos outros dez feridos, cinco dos quais gravemente - e, entre estes últimos, uma criança de 12 anos. Depois vieram mais um despejo, no *tekoha* Apika’i, e novos ataques. Os fazendeiros responsáveis pelo Massacre de Caarapó seguem impunes e, ironicamente, indígenas podem ser presos.

Porantinadas

“Amigo da Corte”

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, declarou o Cimi como *amicus curiae* - Amigo da Corte. A declaração refere-se ao mandado de segurança para garantia de direito contra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal que investiga os trabalhos da Funai e do Incra na demarcação de terras indígenas e quilombolas. Fachin reconheceu no Cimi uma instituição com vasta atuação na questão analisada pelo processo e com condições de subsidiar a Corte para uma decisão justa. O mandado de segurança pede a nulidade da CPI da Funai/Incra justificando que sua instalação não se baseou em fatos determinados, ataca a legislação vigente que regulamenta os trabalhos da Funai e do Incra nas demarcações e criminaliza a atuação de organizações não governamentais. A Procuradoria-Geral da República (PGR) já se manifestou pela nulidade da CPI da Funai/Incra baseada em argumentos semelhantes.

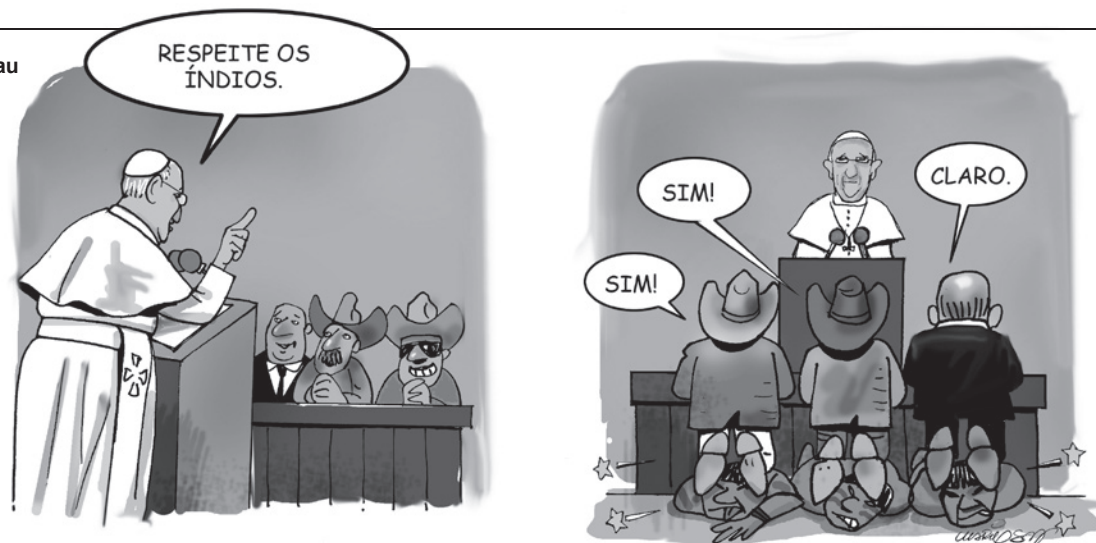
Ofício mais que duvidoso

O senador Ronaldo Caiado (DEM/GO) entregou ao ministro da Justiça do governo interino, Alexandre de Moraes, um ofício no qual questiona o “mérito duvidoso” da portaria declaratória referente à Terra Indígena Taego Áwa, dos Avá-Canoeiro do Araguaia. Baseado em argumentos espúrios, o senador, um dos chefes da bancada ruralista, solicitou a “reanálise” do atendimento à demanda histórica desse povo que vive no Tocantins. Os autonegacionados Awá enfrentaram massacres e perseguições no passado e, devido ao “contato forçado” realizado pela ditadura militar, foram caçados como animais selvagens e levados para longe de suas terras ancestrais, sendo quase dizimados. Diante da sanha dos que ainda não perceberam que terra e vida não são mercadorias, os Avá-Canoeiro terão de continuar resistindo.

Resistência Xukuru

Ao final da XVI Assembleia do Povo, na tradicional descida da Serra do Ororubá, para lembrar o assassinato do cacique Xikão, ocorrido em 1998, os Xukuru do agreste de Pernambuco deram um recado ao presidente interino Michel Temer. Disseram não reconhecer o governo provisório e que vão enfrentar, ao lado dos povos indígenas do país, a conjuntura de agravamento dos ataques aos direitos indígenas. A assembleia foi orientada, segundo eles, “pelos saberes dos nossos encantos de luz” e teve como tema “Limolaiço Toipe – Nossa Educação é nossa resistência”. Que as luzes da educação se espalhem do território Xukuru para o país, e que a democracia das aldeias prevaleça.

Caras de pau



Transformação do paradigma missionário

Em memória aos 40 anos do martírio do padre Rodolfo Lunkenbein e de seu defensor Simão Bororo este texto, além de apresentar um relevante contexto histórico, social e teológico, revela os primeiros passos dados pela Igreja em direção à beatificação do missionário

Paulo Suess, Assessor Teológico

O Papa Francisco recupera passo a passo o significado da catolicidade da Igreja que é ser universalmente um sinal de contradição. Ao mesmo tempo que ele rompe com muitos traços do provincialismo eclesial de inspiração eurocêntrica, fortalece as Igrejas locais e o princípio da sinodalidade. Essa atenção para o mundo local e para a diversidade nas microestruturas é um contraponto para a globalização uniformizada das mercadorias e da mídia de um sistema que não simplesmente explora e oprime, mas mata (cf. EG 53). Pela sua necessidade de crescimento e acumulação esse sistema matou também o missionário Lunkenbein e seu defensor, o Bororo Simão Cristino, e continua matando até hoje as lideranças indígenas.

Novo paradigma missionário

O Concílio Vaticano II (1962-1965) ajudou na reformulação do trabalho missionário junto aos povos indígenas e a todos os setores, vítimas de exploração, exclusão e desigualdade social. Na sua segunda vinda ao Brasil, em 1970, o missionário Rodolfo não veio mais para salvar as almas dos Bororo no interior de um projeto desenvolvimentista e assimilacionista, mas para propor o resgate de suas vidas e contribuir para a construção de uma perspectiva de esperança. Muitos jovens, leigos e religiosos, lutaram para colocar em prática esse novo paradigma da missão em suas Igrejas locais, Congregações e na construção dos rumos pastorais do próprio Cimi.

O Cimi, fundado em 23 de abril de 1972, aprendeu do magistério latino-americano pós-conciliar que a missão não pode servir a dois senhores. A geração dos jovens que foi para as aldeias indígenas recusou-se a viver o seguimento, engessado por virtudes secundárias da pequena burguesia como pontualidade, parcimônia, obediência e limpeza. Aceitaram essas virtudes secundárias somente a serviço de outras virtudes maiores como justiça, solidariedade, tolerância, simplicidade e despojamento em prol da vida ameaçada dos povos indígenas. Essa geração pós-conciliar contrariou os interesses do latifúndio, do grande capital e do modelo de desenvolvimento implantado no país. Por não caber em sistemas uniformizados de competição e crescimento que visam lucro e poder, a causa indígena é um sinal de contradição e a história dos seus defensores é marcada por assassinatos ou, recentemente, por CPIs para despistar a atenção da sociedade brasileira dos verdadeiros problemas.

Primeiros passos rumo à Missão

Rodolfo Lunkenbein (1939-1976), alemão de nascimento, salesiano por opção e, com a graça de Deus, mártir em terras indígenas, foi, pelas duas estadias em épocas diferentes no Brasil, um missionário pré e pós-conciliar. Nasceu como filho de pequenos lavradores no dia 1º de abril de 1939, em Döringstadt, no sul da Alemanha. Depois de descobrir uma biografia de Dom Bosco, com 11 anos, queria estudar no internato salesiano de Bamberg. A família não tinha os recursos para custear o sonho do filho, que queria ser missionário. Finalmente, pela mediação do pároco, já com 14 anos de idade, em 1953, foi aceito

no aspirantado de Buxheim, onde foi aluno do colégio Marianum de 1952 a 1958. Os que conheciam “Lunke”, como foi chamado pelos colegas da escola, o descrevem como um jovem alegre, aberto, piedoso.

Em 1958, o novo inspetor salesiano do Mato Grosso trouxe de sua terra natal, da Alemanha, um grupo de jovens missionários e seminaristas ao Brasil, entre os quais se encontrava Lunkenbein, que logo no ano seguinte fez seu noviciado em Pindamonhangaba (SP). Seguiram os estudos de filosofia e formação salesiana em Campo Grande (1960/1962). Entre 1963 e 1965 foi destinado para a Missão Salesiana de Meruri/MT, onde fez seus anos práticos como professor e educador com aulas para as crianças dos Bororo, dos fazendeiros e dos posseiros da região. Ainda encontrou tempo para mostrar

“Por não caber em sistemas uniformizados de competição e crescimento que visam lucro e poder, a causa indígena é um sinal de contradição e a história dos seus defensores é marcada por assassinatos ou, recentemente, por CPIs para despistar a atenção da sociedade brasileira dos verdadeiros problemas”

suas habilidades para consertar motores e máquinas da missão, símbolos do progresso civilizatório e da missão desenvolvimentista.

Ninguém falava ainda de demarcação da terra dos Bororo, os mesmos Bororo que Claude Lévi-Strauss, 40 anos antes tinha visitado. O antropólogo ilustre dedica elogios generosos e críticas severas à Missão Salesiana da época. Elogios, por ter junto com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) conseguido acabar com os conflitos entre índios e colonos e por ter realizado “excelentes pesquisas etnográficas”. Críticas, ao chamar a atividade missionária dos discípulos de Dom Bosco “um empreendimento de extermínio metódico da cultura indígena”. Lévi-Strauss, que entre 1935 e 1939 era professor de sociologia na Universidade de São Paulo (USP), admite que esse extermínio não foi completo. Conta o antropólogo, que seu intérprete e principal informante na aldeia de (sic!) Kejari, tempos antes tinha sido levado pelos missionários a Roma. Foi apresentado ao Papa por causa de suas habilidades bilíngues que demonstrariam o sucesso catequético da missão. Mas, depois do retorno à sua aldeia, conta o professor, o índio sofreu “uma crise espiritual, da qual se saiu reconquistado pelo velho ideal bororo: foi instalar-se em Kejari, onde desde há dez ou quinze anos, seguia uma vida exemplar de selvagem. Inteiramente nu, pintado de vermelho, com o nariz e o lábio inferior trespassados pela pequena barra e um adorno labial, o índio do Papa revelou-se como um maravilhoso professor de sociologia bororo” (Lévi-Strauss, p. 203). O antropólogo da França, pelo seu livro “Tristes Trópicos”, deu fama aos Bororo, o missionário da Alemanha ajudou na recuperação de seu território e deu a sua vida.

Contexto histórico de Meruri

Quando Lunkenbein chegou ao Brasil pela primeira vez, Meruri era uma missão com um grupo indígena Bororo reduzido, um internato com escola para meninos brancos das fazendas e das cidades próximas. Além dos Bororo, a Missão dava também assistência religiosa e social à população da região, pequenos agricultores e grandes fazendeiros, garimpeiros e criadores de gado. →



O missionário salesiano alemão, Rodolfo Lunkenbein, foi entusiasta de uma nova presença missionária junto aos povos indígenas

→ Rodolfo viu-se confrontado com uma longa história, múltiplas culturas, interesses de sobrevivência de uns e de enriquecimento ilícito de outros.

No fim do século 19, os salesianos foram chamados para reunir os numerosos grupos indígenas no interior do Mato Grosso. Era do interesse do Estado confinar os povos indígenas numa Missão para liberar os vastos territórios para a colonização. Em 1894, os salesianos chegaram em Cuiabá (MT), para atender e catequizar os indígenas que estavam abandonados e expostos à eliminação física e cultural. Um ano mais tarde, fundaram a primeira missão entre os Bororo, na Colônia Teresa Cristina, região do rio São Lourenço. Logo a Igreja local queria também ser beneficiada pelo trabalho apostólico dos missionários. “A meio século de sua chegada à região”, escreve o companheiro missionário de Rodolfo, o padre Gonçalo Alberto Ochoa Camargo, “a Missão Salesiana tinha sob sua responsabilidade grande parte das dioceses e paróquias da região, os seminários diocesanos, numerosos colégios (Cuiabá, Corumbá, Campo Grande, Goiânia), além dos internatos para atender à educação da população rural do interior” (Camargo, 1991, p. 340). Essas atividades reduziram a presença salesiana entre os povos indígenas. “A maior parte deles ficou no mesmo estado de antes, com a agravante de que, com o crescimento da população branca, as terras, onde os índios encontravam seus meios de subsistência, foram sendo ocupadas e eles cada vez mais dizimados e marginalizados” (ibid. p. 341).

A Missão Salesiana, que sofreu interrupções e revezes, não conseguiu evitar a eliminação de muitos grupos indígenas pelos migrantes que invadiram seus territórios. Em 1930, a Missão se trasladou para Meruri e conseguiu que os Bororo depusessem as armas e aceitassem o convívio com os não indígenas, fato que ganhou elogios de Lévi-Strauss (cf. ibid. p. 341). Já que o etnocídio parecia inevitável, a missão salesiana procurou evitar o genocídio por uma política de integração dos índios na sociedade branca. Na época, as missões religiosas não apostavam num futuro próprio dos povos indígenas. Por conseguinte, a pastoral era pastoral rural, sem traços específicos de uma pastoral indigenista. Meruri estava a caminho de se tornar uma cidade mestiça com paróquia, escola, ambulatório, oficina mecânica e centro comercial. Nesses ambientes não se falava mais a língua bororo, como aconteceu com tantas cidades latino-americanas. Os Bororo de Meruri falavam português, eram escolarizados e profissionalizados. Era difícil neste emaranhado de relações sociais e interesses de uma história complexa sair de certa neutralidade pastoral e fazer uma opção pelos povos indígenas. O companheiro Camargo Ochoa descreve Rodolfo assim: “A ótima saúde, a grande força física – proporcional à sua estatura de 1,92 m – a inteligência prática, a humanidade, a alegria e a disposição para o serviço, eram as ferramentas que trazia” para seu trabalho missionário. Já nesta primeira estadia em Meruri, Rodolfo se tornou assistente do então diretor da Missão, Pe. Bruno Mariano (ibid. 339s).

Itinerário definitivo

Em 1965, terminado o estágio missionário de três anos em Meruri, Lunkenbein foi reenviado para a Alemanha. No ano em que o Vaticano II terminou, Rodolfo começou seus estudos teológicos no estudantado salesiano em Benediktbeuern. Concluídos os estudos, em 1969, foi ordenado sacerdote. Contam seus pais que Rodolfo vibrou com a renovação conciliar. Ao voltar ao Brasil e a Meruri, em 1970, escreve o padre Ochoa, encontra uma outra realidade. O Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín (1968) produziram as primeiras mudanças pastorais. Em Meruri havia começado um atendimento prioritário aos Bororo, a presença de famílias não indígenas perto da aldeia fora desmontada, a saúde, subsistência e cultura indígenas foram tratadas como prioridades (cf. CAMARGO, p. 43).

No início de 1974, Lunkenbein se tornou diretor da “Colônia Indígena de Meruri”. Os Bororo recebem com entusiasmo o novo diretor da Missão. Na Missa, um Bororo retira sua estola e troca por uma feita pelos indígenas, de penas de arara. Em outra ocasião introduzem Rodolfo, ritualmente, na tribo com o nome *Okoge Ekureu*, que significa “Peixe Dourado” (ibid. 345).

No ano anterior, no dia 15 de novembro de 1973, na sétima reunião do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizada na sede do “Instituto Anthropos do Brasil”, em Brasília, o “Peixe Dourado” tinha sido eleito Conselheiro do Cimi. Na mesma reunião, o verbita Pe. José Vicente Cesar foi eleito presidente e o dominicano D. Tomás Balduino vice-presidente do órgão. Através de cursos, reuniões, assembleias indígenas e missionárias, o Cimi se tornou uma escola permanente de qualificação dos missionários. Em plena ditadura militar (1964-1985) acabou a pastoral assimiladora da chamada “integração harmoniosa” na sociedade nacional e começou a pastoral libertadora com suas lutas pela demarcação dos territórios indígenas, pela preservação histórica de suas culturas e pela autodeterminação dos povos indígenas, visando um futuro do Bem Viver diferenciado da sociedade

“Os Bororo recebem com entusiasmo o novo diretor da Missão. Na Missa, um Bororo retira sua estola e troca por uma feita pelos indígenas, de penas de arara. Em outra ocasião introduzem Rodolfo, ritualmente, na tribo com o nome *Okoge Ekureu*, que significa ‘Peixe Dourado’”

nacional. Pelo Estatuto do Índio (Lei 6001), promulgado em 19 de dezembro de 1973, o governo militar prometeu demarcar todas as terras indígenas no prazo de cinco anos. Demarcadas as terras, a defesa das culturas e o protagonismo dos povos indígenas seria mais fácil. O não-cumprimento da promessa de demarcação das terras e o projeto desenvolvimentista com as estradas que rasgavam os territórios indígenas, abriram um profundo conflito entre a nova pastoral indigenista e o governo militar. Em condições de clandestinidade, o Cimi produziu um documento profético, datado no dia 25 de dezembro de 1973: “Y-Yuca-Pirama. O Índio: aquele que deve morrer”, que descreve a situação calamitosa da vida indígena no território nacional (cf. SUESS, p. 31-59). Muitas tarefas de vigilância, luta e cobrança esperavam a pastoral indigenista!

As Atas das reuniões do Conselho do Cimi fazem constantemente ouvir a voz de Rodolfo em defesa dos Bororo na luta pela demarcação de seu território. Logo nos dias 26 a 29 de agosto de 1974, Lunkenbein foi anfitrião de um primeiro Encontro de Estudos de Pastoral Indígena em Meruri, que aprofundou as linhas de ação do Cimi. Depois encontramos Rodolfo em Brasília e Cuiabá onde denuncia as constantes ameaças aos Bororo pelo fazendeiro João Marques de Oliveira (vulgo João Mineiro). Na Ata da 11ª reunião do Conselho do Cimi, dia 1º de março de 1975, Rodolfo e Eugênio Aidje, cacique bororo, comunicam novas perseguições por parte dos fazendeiros. “Continuam também as ameaças aos padres. Mas a união do povo Bororo e a esperança crescem igualmente dia a dia”, relata Rodolfo com certo otimismo. Em recente visita aos Bororo da área de Gomes Carneiro, em Rondonópolis, Rodolfo constatou o arrendamento



Missão Salesiana

de terras indígenas pela Funai aos fazendeiros “em troca da irrisória quantia de cinco vacas por cada cinco anos de arrendamento. E as vacas ficam não para os índios, mas para a Funai. [...] E a Igreja está ausente ali” (CIMI, Ata do 01.03.1973). Na 12ª reunião do Conselho, no dia 24 de abril de 1975, Rodolfo e Eugênio Bororo informam uma última vez aos conselheiros sobre a invasão de gado na roça dos indígenas e agressões contra a demarcação do território bororo.

Na véspera do início da demarcação da terra dos Bororo, dia 14 de julho de 1976, Rodolfo convidou a comunidade para celebrar uma Missa em ação de graças. Na homilia deixou entender que recebeu muitas ameaças, mas que estaria disposto a fazer qualquer sacrifício e até dar a própria vida para levar essa demarcação a um final feliz para os Bororo.

Na mesma noite da missa, João Mineiro juntou fazendeiros para combinar o ataque à Missão. No dia do assassinato, 15 de julho, pelas 10 horas da manhã, chega uma caravana de seis veículos com mais de 40 pessoas ao pátio da Missão. Os cabeças da caravana estavam alcoolizadas, armados com revólveres e facas para impedir a demarcação. Trouxeram presos um dos três grupos de agrimensores, dois técnicos e quatro indígenas, com seu material de trabalho para a demarcação. Insultavam e agrediram fisicamente os padres Gonçalo Ochoa e depois Rodolfo, que às pressas foi chamado da roça onde estava trabalhando com os Bororo. João Mineiro mostra sua cruz gritando: “Olha aí, eu sou cristão! Olha aqui”, apontando para o seu filho. “Eu tenho um filho estudando para ser



padre. Não seja ladrão, padre!” “Ladrão é você que veio aqui para morar em nossa terra”, replicou Genoveva Bororo, irmã de Simão Cristino. Este, ao socorrer o padre, logo seria exterminado tendo as entranhas rasgadas por uma faca. A mãe de ambos pegou uma bala bem no peito (cf. CIMI, Relatório de Genoveva).

O “Peixe Dourado” estava cercado pelos que tinham jurado sua morte. Eliminando o superior da Missão pensavam impedir a demarcação da terra e transferir os Bororo para uma outra região. Entre empurrões e insultos, Rodolfo tomou nota dos nomes dos presentes, procurou com calma explicar que as reivindicações deveriam ser dirigidas à Funai. Acompanhou o descarregamento do material dos agrimensores (cf. CIMI, Relato e Entrevista de Eugênio). Em determinado momento, João Mineiro puxou sua arma e deu o primeiro tiro no padre. Depois “o tal de Preto” (Manoel Borges da Silva), um cunhado de João Mineiro e outros atiraram. Depois de ser atingido por cinco balas, Rodolfo caiu morto no pátio da Missão. Quando o padre já estava caído, Genoveva puxou o irmão que já estava mortalmente ferido com uma facada nas costas. No caminho ao hospital, gritou: “Faz força para chegar ao hospital”. “Aí Simão começou a rezar. Fez sinal da cruz e rezou o ato de contrição e foi rezando sem parar até chegar no hospital”, onde faleceu, à tarde (cf. CIMI, Relatório de Genoveva).

Outros quatro indígenas ficaram feridos. O Bororo Simão Cristino era o pedreiro da aldeia e bom conhecedor dos remédios do mato. “Quando estava para morrer perguntou, se alguém tinha alguma coisa contra ele e que

ele perdoava tudo” (CIMI, Eugênio Aidje). A tragédia de Meruri não interrompeu o processo da demarcação da “Área Indígena Meruri”. A terra foi demarcada ainda em 1976, mas só onze anos mais tarde, em 11 de fevereiro de 1987, os 82 mil hectares, localizados nos Municípios General Carneiro e Barra do Garças (MT), foram definitivamente homologados pelo Decreto Presidencial n. 94.014. Em 1979, João Mineiro foi absolvido porque teria agido em legítima defesa e a vítima, o padre Rodolfo, foi acusado de ter atirado em primeiro lugar. Com exceção de Manuel Borges da Silva, “o Preto”, todos os participantes de chacina foram inocentados por falta de provas.

Mensagem da missão cumprida

A população de Meruri, que somava em 1905 ainda 217 indivíduos, em 1967 caiu para um mínimo de 87 pessoas (cf. Viertler, p. 139). Já em 1979 somaram, segundo Ochoa, 386 indivíduos, e até hoje dobraram esse índice populacional. O IBGE indica 657 Bororo para o ano 2010 na Terra Indígena de Meruri. O conjunto do povo bororo, que hoje vive em seis Terras Indígenas diferentes, no final do século 19 somava aproximadamente 10 mil pessoas. No início dos anos 70, com dados estatísticos de 1932, Darcy Ribeiro prognosticava aos Bororo reduzidos por perseguição dos não índios, por uma altíssima mortalidade infantil, por práticas abortivas, contraceptivos, infanticídio e o problema de alcoolismo, sua extinção (cf. RIBEIRO, p. 294; tb. TOLENTINO, p. 247ss). Na realidade aconteceu o contrário. A conversão pastoral iniciada pelo Vaticano II contribuiu para suspender o autoextermínio bororo.

No martírio de Rodolfo e Simão se constitui uma aliança entre a Missão e os povos indígenas. Essa aliança paradigmática conseguiu transformar o binômio “conversão-civilização” em missão libertadora autodeterminada, “sinal de contradição”. A geração mais idosa dos salesianos tinha dificuldade com essa metamorfose, porque veio ao Brasil e aos territórios indígenas sem ter a possibilidade de

reinterpretar o lema missionário de seu fundador: “Dá-me almas, fica com o resto”! Da busca de almas à inculturação na e assunção da cultura bororo era uma longa caminhada.

Quarenta anos depois da chacina de Meruri, a “Igreja em saída” procura atribuir ao martírio de Simão e Rodolfo um significado mais universal através dos primeiros passos em direção de sua beatificação. Por ocasião da visita

do padre Pierluigi Cameroni, Postulador da Congregação Salesiana em Roma, entre os dias 25 de abril a 4 de maio de 2016, a Inspetoria Salesiana de Campo Grande, no dia 3 de maio 2016, apresentou ao Bispo de Barra do Garças, D. Protógenes Luft, a “Proposta de Abertura do Processo Diocesano de Reconhecimento do Martírio do P. Rodolfo Lunkenbein e Simão Bororo”. A solicitação foi favoravelmente acolhida por D. Protógenes e na Inspetoria, o P. João Bosco Maciel (Secretário Inspetorial) e o P. Paulo Eduardo Jácomo (Vice-Postulador no Brasil) foram nomeados, junto com o P. Cameroni, para darem prosseguimento à causa importante para um mundo muito carente de líderes que possam servir de exemplo para a juventude.

Hoje, os missionários não são mais os protagonistas da causa indígena, como na época de Lunkenbein. Para ocupar os territórios indígenas ou invadir as reservas, o grande capital não precisa mais matar os missionários fisicamente. Soube cooptar o conjunto dos Três Poderes e elimina, diretamente, as lideranças indígenas. A judicialização da causa indígena, que se estende não sobre esta ou aquela terra, mas sobre o país inteiro, veste a toga da legalidade para praticar a injustiça sistêmica em grande estilo. Nas cortes e nas delegacias, nos parlamentos e nos gabinetes vale o que sempre valeu: Pau que bate em Chico, não bate em Francisco. ♦

A Missão Salesiana produziu recentemente uma revista especial com uma pesquisa bastante aprofundada em memória dos 40 anos do martírio do missionário Lunkenbein e de seu defensor Koge Kudugodu, o Simão Cristino Bororo. Ela está disponível em: http://www.missaosalesiana.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Revista_P.Rodolfo_web.pdf

Bibliografia sucinta

CAMARGO, Gonçalo Ochoa (org.). *Pe. Rodolfo Lunkenbein: Uma vida pelos índios de Mato Grosso*, in: *Convergência*, jul./ago. 1991, XXVI/244, p. 338-352.

CIMI – Setor de Documentação, junto ao Secretariado Nacional, Brasília, onde se encontram as Atas do Conselho do Cimi, Relatórios de Genoveva e Relato/Entrevista de Eugênio Rondon.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa, 1993.

RIBEIRO, Darcy, *Os índios e a civilização*. 2ª ed., Petrópolis, 1977.

SUESS, Paulo (org.). *Y-Yuca-Pirama. O Índio: aquele que deve morrer*, in: IDEM, *Em defesa dos povos indígenas*. Documentos e legislação. São Paulo, 1980, p. 31-59.

VIERTLER, Renate Brigitte. *A duras penas*. Um histórico das relações entre índios Bororo e ‘civilizados’ no Mato Grosso. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

TOLENTINO, Nelson Gil. *Ética Bororo: a sobrevivência de um povo*, in: *Interações*, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 235-258, jul./dez. 2009.



“O Matopiba não vai vingar”

Gercília Krahô não titubeia em relação ao novo projeto do agronegócio: “não vamos deixar o Matopiba passar. Não vamos deixar roubar nossas terras e matarem os rios e as matas, que são sagrados”

Nesta entrevista ao *Porantim*, Gercília Krahô, respeitada liderança indígena do Centro-Oeste, fala sobre a necessidade de lutar em defesa da terra e, especialmente dos rios, que “os *cupê* estão envenenando e matando”.

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Ela costuma dizer “não sei falar bonito em português, sou analfabeta; o que falo é do coração”. No entanto, quem já teve a oportunidade de ouvir Gercília Krahô sabe que suas palavras reverberam dentro da gente com intensidade. Ainda mais quando ela se direciona para os representantes dos órgãos do Estado. Aí, então, que a veemência, pra não dizer a “braveza”, é absoluta. “Eu não tenho medo, não... porque quando os bisavôs deles chegaram aqui, os meus bisavôs já estavam aqui há muito mais tempo. E eles têm que cumprir a lei. É só isso que a gente pede”. Gercília mora em uma das 28 aldeias da Terra Indígena Krahôlândia, localizada no Cerrado, nos municípios de Itacajá e Goiatins, entre os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do Rio Tocantins. E ela está muito preocupada com a destruição que testemunha diariamente em sua região. “Por isso, eu, como mulher e mãe, tenho de falar, tenho de gritar. Estão acabando com nossa terra, com nossos

rios, com nossa saúde por causa de dinheiro”. Gercília não sabe sua idade, não tem nem ideia, afirma. Destaca que teve 10 filhos e é avó de 25 netos. Coordenadora de uma fábrica de polpa de frutos do Cerrado, instalada na aldeia, ela impressiona por sua força e vitalidade física e pelo desejo de querer garantir que seus netos e bisnetos conheçam o “jeito do pé de pequi, que experimentem o sabor dele, o sabor dos frutos desta terra, como eu conheci”.

Porantim - Durante a III Assembleia dos Povos Indígenas do Goiás e Tocantins, você demonstrou grande preocupação com os rios e com a água, de modo geral. Por quê?

Gercília Krahô - Tô com medo do Rio Vermelho secar. Ele não tava daquele jeito. Agora ele tá ficando meio que uma lama. Não tá normal. O Rio Vermelho está morrendo. Na beira dele toda, de Goiatins até Krahôlândia, já tá tudo derrubado e não tem mais quase árvores. Assim, mata a veia do rio... porque onde tem as águas é onde ficam as raízes das árvores. E tá feio. Sem água, a gente não faz nada. A chuva, primeiro, tava chovendo na data dela certa. Quando não tinha este desmatamento. Mas, hoje, até os *cupê* [não indígena, na língua Jê], estão doídos. Porque não sabe como vai ficar. Eles pensam que vão plantar roça na data de antes, mas tá tudo lascado. Muita gente perdeu neste ano. Plantou arroz, o arroz nasceu, ele pariu, mas não encheu, secou. Tô percebendo que no ano retrasado

“O pensamento de vocês é só na ponta da caneta, e com medo de errar as letras não pensa outra coisa. Eu não tô vendo papel e caneta. Tô ajuntando dentro do meu miolo, escutando com meus ouvidos e olhando com meus olhos, e do jeito que tá indo não tá dando certo”

não foi como no ano passado, que tá diferente deste ano. Dá pra perceber nos rios, nas árvores, no modo do capim. Agora tá demorando pra sair o capim novo, lá na minha terra.

Porantim - Como é o acesso de vocês, Krahô, à água?

Gercília Krahô - Primeiro a gente pegava a água do Rio Vermelho. Depois a gente teve acesso e começamos a pegar a água de um corguinho que entra no Rio Vermelho, que não tá poluído ainda. Aí, depois, fizemos um projeto, foi aprovado, e compramos uma bomba d'água que joga água na caixa. Compramos, nós mesmo, uns canos, umas torneiras... botamos errado algumas coisas, mas tá funcionando... Não tem outro jeito. A gente pede pro pessoal da saúde, que são os responsáveis por isso, mas eles não ligam. Foi através deste projeto de criação de gado e de galinha, que fizeram pesquisa e viram que precisa de uma bomba. Porque se a ponte e as estradas fossem boas, fariam o poço artesianos, mas como a estrada é muito ruim, fizemos este projeto das bombas. E agora a gente não pega mais água do Rio Vermelho, porque ele está muito poluído e cheio de esgoto da cidade e também de veneno de plantação de soja. Tudo cai no Rio Vermelho.

Porantim - Mas ainda falta água nas aldeias?

Gercília Krahô - Falta água porque a água vem pelo cano. E como é muita gente e a caixa é pequena, não dá pra sustentar água pra todo mundo. Falha sempre. Na minha casa mesmo não tem água de manhã. Só tem água em casa à noite. Pra lavar roupa e fazer outras coisas, eu tenho que pegar numa outra casa ou, então, tenho que ir lá no outro córrego, com um bujão de 5 ou 10 litros. Boto na cabeça e venho embora.

Porantim - Você gasta quanto tempo pra ir buscar água? É longe?

Gercília Krahô - Gasto uma hora para ir e voltar, andando rápido. As mulheres que buscam, com os filhos maiores. Os menores, que não dão conta de andar, ficam com as avós. Os homens vão pro mato, vão caçar ou vão pra roça. Se o serviço tá pouco, os homens vão também buscar água. Mas com muito serviço, as mulheres que vão. Sempre sobra pras mulheres. Primeiro, a gente não tinha este costume porque não via o modo do branco. Mas as mulheres hoje ficam igualmente os brancos. Estão acostumadas de pegar perto da mangueira e ficam com preguiça de pegar lá do córrego. Não quer mais trazer água na cabeça. É pesado mesmo, dói. Machuca. O branco ensina isso pra gente. Não boto culpa em ninguém. Minha cabeça tá machucada no lugar de botar a água, as costas também doem muito. As mulheres tão tudo com problema. Porque carrega menino no bucho nove meses; pra parir, bota aquela força; depois que pari, põe aquela tipoia com o menino e fica enganchada uns doze meses, até enquanto o menino não anda; e vai pegar lenha, cozinha, rala mandioca, faz tudo... é obrigada a fazer. O marido não vai fazer daquele jeito. Então, nós mulheres sofremos. Nas outras aldeias também tem problema com a água. Ficam até um mês sem água, porque algumas têm motor, mas queima e demora muito pra trocar. Então,

“O *cupê* destrói a natureza não é porque quer ver as coisas de outro jeito. Destrói porque quer ver o dinheiro. A vida do *cupê* é o dinheiro.

Fora do dinheiro, ele não é observado, não é escutado. Agora, o dinheiro, sim. No meu pensamento de *mehim*, eu quero ver este pé de pequi vivo. E quero que meus netos, meus bisnetos, vejam também como é o jeito do pé de pequi, que experimentem o sabor dele, o sabor dos frutos desta terra, como eu conheci.”

eles têm que fazer com bomba ou ir buscar no córrego também.

Porantim - O que vocês plantam nas suas roças? Ainda tem muita caça na sua terra?

Gercília Krahô - Nós planta arroz, batata (vários tipos, figueiro, cará do ar), amendoim, inhame, banana, cana, feijão, abóbora, fava, cabaça, melancia e milho (de várias qualidades também). Planta tudo só com a água da chuva mesmo. A gente faz roça de toco: broca com machado e depois de seco toca fogo e faz aceiro, para não passar do outro lado. Reclamam quando a gente faz um fogueiro pra abrir roça, mas os fazendeiros desmatam muito e nada acontece com eles. Eles podem desmatar longe que não levam multa. A gente planta dois anos em cada terra, no máximo. Hoje em dia, os homens vão pra caçar e não matam mais. Passam o dia e a noite e não caçam nada. Meu marido, quando conseguia caçar, pegava veado, paca, tatu, anta... à noite. Mas, agora, tá mais difícil.

Porantim - Ainda tem mata perto da sua terra?

Gercília Krahô - Dentro da terra tem. Mas fora, estamos cercados por eucalipto e soja. Agora tô escutando, por alto, que querem levar o algodão, o pinheiro e plantação de cana. Eles botam veneno demais. Quando começou a fazer este trabalho de veneno lá pra cima da serra, lá na aldeia apresentou gente vomitando, com dor de cabeça, com febre, com pira feia. Eu peguei aqui na minha perna, tava só na carne pura. Quando o avião passa, uns dois dias depois, ainda a gente não sente bem, a gente sente um corpo ruim, é um negócio muito ruim, na respiração da gente, no vento. E, de avião, vai longe. Eu tô brigando, eu tô querendo que o governo pensa de barrar estas coisas, não é pra mim. Eu fico preocupada com meus filhos, com meus netos, que não sabem de nada. As mulheres trabalham mais e se preocupam mais, com os filhos, com a família. Se secar tudo, como vamos beber e comer? Onde nós vamos banhar? E os ribeirinhos, como vão viver? A última água que tá tendo é nos indígenas porque nós estamos reservando. Mas, se continuar assim, parece que vai ter uma guerra.

Porantim - O que você pensa sobre o novo projeto do agronegócio, o Matopiba?

Gercília Krahô - Acredito que o Matopiba vai acabar com a água. Ele tá no Piauí, na Bahia, no Maranhão e no Tocantins. O nível do rio em Juazeiro desceu muito o nível. Eu vi com meus olhos, e foram projetos assim que fizeram o rio baixar, e agora tá seco. Nunca que acreditavam que ele ia secar. Só na contagem para nós, este Matopiba já tem impacto. A gente fica preocupado não é só com nós, mas com todos que precisam da água. O *cupê* destrói a natureza não é porque quer ver as coisas de outro jeito. Destrói porque quer ver o dinheiro. A

vida do *cupê* é o dinheiro. Fora do dinheiro, ele não é observado, não é escutado. Agora, o dinheiro, sim. No meu pensamento de *mehim* (que na língua Jê pronuncia-se “merrim” e significa índio), eu quero ver este pé de pequi vivo. E quero que meus netos, meus bisnetos, vejam também como é o jeito do pé de pequi, que experimentem o sabor dele, o sabor dos frutos desta terra, como eu conheci. Então, eu fico pensando que a terra é onde a gente planta, e se não tiver a terra, não tem nada. Cada semente para mim é como um parente, a gente tem amor. Perder uma qualidade de semente de um milho é como perder um filho ou um irmão. Porque não acha mais, depois.

Porantim - Como vocês pretendem resistir a esses projetos, que têm apoio do governo?

Gercília Krahô - No meu pensamento, tem que reservar tudo pra ficar do jeito que Deus fez. Eu, como *mehim*, quero ver tudo em paz, pra gente não se reclamar, pra não ficar com raiva uns dos outros, pra ficar todo mundo com a cara boa. Por que o *cupê*, que não fez a terra, ele não fez... por que ele quer ficar vendendo? Ele não sabe que os outros precisa? Ele não acha bom, plantar, comer? Agora, por que eu não posso comer? Eu posso! Porque eu sou o mesmo sangue, porque eu falo igualmente ele, eu penso igualmente ele. Pra que fazer isso? Nós, *mehim*, já tava aqui antes dos europeus chegar aqui. Nós não vamos deixar o Matopiba passar. Não vamos deixar roubarem nossas terras e matarem os rios e as matas, que são sagrados. O Matopiba não vai vingar. E tem rodovia, ferrovia, hidrelétrica, eucalipto, soja, mamona, cana... Se passar a estrada aqui, aí, acabou o índio. O restinho que tem acaba tudo. Meus filhos tão tendo os *kraré* [criança] deles e não sabem de nada o que tá acontecendo com eles. Fazem tudo isso sem consultar as populações locais, os camponeses, ribeirinhos, quilombolas e indígenas...estão levando uma grande mentira.

Porantim - Vocês estão conseguindo manter as tradições no seu povo?

Gercília Krahô - A gente tá botando quente nas crianças, os jovens não querem mais muito. O que segura a gente é a nossa fala, a nossa dança, a nossa comida, nosso cabelo, nossas pinturas, nossa cultura. Tem muita gente que não escuta. Você vai ver que a minha casa é de palha, durmo no chão, a comida é na trempa. É tudo natural. A gente canta no pátio ainda, faz reunião na casa dos homens. Estamos cuidando da nossa cultura porque, pra mim, é importante estudar, mas nossa cultura é muito mais importante, até pra gente não esquecer nossas diferenças com os *cupê*. As pessoas não enxergam ainda que nós somos as sementes da nossa MãeTerra, as flores dos nossos rios, somos os brotos dos tempos que virão. Não preciso saber das coisas, sou analfabeta, mas tenho memória. Não é só caneta que bota a gente pra frente. Depende muito da coragem pra enfrentar as coisas. O pensamento de vocês é só na ponta da caneta, e com

medo de errar as letras não pensa outra coisa. Eu não tô vendo papel e caneta. Tô juntando dentro do meu miolo, escutando com meus ouvidos e olhando com meus olhos, e do jeito que tá indo não tá dando certo. ♦

“Por que o *cupê*, que não fez a terra, ele não fez... por que ele quer ficar vendendo? Ele não sabe que os outros precisa? Ele não acha bom, plantar, comer? Agora, por que eu não posso comer? Eu posso! Porque eu sou o mesmo sangue, porque eu falo igualmente ele, eu penso igualmente ele. Pra que fazer isso?”

E o Cerrado, vai virar o quê?

Conhecido como Berço das Águas, o bioma vem sofrendo golpes severos, cada vez mais frequentes e implacáveis, como o incessante aumento do desmatamento e o desaparecimento da água em diversas regiões. Seus povos e comunidades revelam que a sanha do agronegócio e do capital não permite mais que eles vivam do modo tradicional em seus territórios ancestrais.

Patrícia Bonilha, enviada a Palmas

Há décadas os eternos versos de Sá e Guarabyra, vislumbrando o fato de que “O homem chega, já desfaz a natureza, tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar”, alertavam para as transformações que o sertão viria sofrer, especialmente a partir da construção de diversas hidrelétricas. E como a gana pelo dinheiro não tem limites, a expansão do estrago e da apropriação das terras e territórios pelo capital vai se alargando rapidamente Brasil adentro. Pelo caminho, modos de vida que resistem há séculos, culturas originárias e espiritualidades ancestrais de povos indígenas e comunidades tradicionais correm o severo risco de serem dizimados. Simplesmente por ousarem recusar o puído paradigma dominante de progresso e desenvolvimento.

Esta é a realidade vivida por quem mora nos campos e planaltos do Cerrado brasileiro e, de algum modo, tem sua sobrevivência vinculada à natureza. “O nosso território, de nossos anciãos, vem sendo ameaçado por este modelo que os governos vêm implantando. Nosso povo está ameaçado até de extinção por tantos empreendimentos. É barragem

para todo lado que se olha, é hidrovía, é monocultura de soja, de eucalipto, de cana... é irrigação pra plantação de arroz, é mais barragem, é estrada, é a extinção da própria vida, pra poder ter tanta obra na região”, sintetizou Oscar Apinajé em uma das primeiras mesas de debate da III Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins, realizada em Palmas (TO), entre os dias 20 e 23 de junho.

Laureada com a ampla participação de jovens, o encontro contou com a presença de cerca de seiscentos indígenas dos povos Apinajé, Krahô, Xerente, Karajá de Xambioá, Krahô-Kanela, Kanela do Tocantins, Avá-Canoeiro e Javaé, todos do estado do Tocantins, e do povo Tapuia, de Goiás. Além da presença de indígenas Kayapó, do Pará, Pataxó Hã-Hã-Hãe, da Bahia, e de Guarani e Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, que, juntamente com comunidades tradicionais, como quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, compartilharam vivências e desafios e aprofundaram um diagnóstico sobre a realidade que têm enfrentado cotidianamente em suas vidas e territórios. E o documento final da Assembleia, que teve como tema “Na defesa dos Direitos Constitucionais dos Povos Indígenas, resistimos e denunciemos os impactos do Matopiba nos territórios tradicionais”, evidencia uma perspectiva bastante realista e austera:

“Quando as últimas árvores do Cerrado caírem; quando as nascentes e os rios limpos que ainda restam estiverem agonizando; quando os animais e as espécies de vida desta região estiverem se debatendo desesperadamente em meio à contaminação da terra, da água e do ar; quando o sol esturricar a face da Terra; então, todas as formas de vida estarão condenadas. E só então nossos gritos de alerta bradados hoje para que toda essa calamidade seja evitada serão lembrados. Mas, será tarde. Alguns poucos humanos inescrupulosos, movidos por uma ganância ilimitada, terão decretado o fim da vida nesta nossa Casa Comum. Eles mesmos também morrerão se debatendo em suas vidas de opulência e privilégios. No entanto, será tarde. Nossos gritos de alerta terão sido sufocados. Quem viver verá”.

Apropriação da água e guerra

Entre os frequentes rituais, as danças e os cantos, os rostos pintados expressavam bastante preocupação durante os debates. Provavelmente as duas palavras mais ouvidas durante os três dias de Assembleia foram Matopiba e água. A primeira refere-se ao Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) que vem sendo implantado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (leia mais

Laíla Menezes



“Alguns poucos humanos inescrupulosos, movidos por uma ganância ilimitada, terão decretado o fim da vida nesta nossa Casa Comum. Eles mesmos também morrerão se debatendo em suas vidas de opulência e privilégios. No entanto, será tarde. Nossos gritos de alerta terão sido sufocados. Quem viver verá”

no artigo na página 9). Já a água foi bastante mencionada - por muitos, mas ainda mais pelas mulheres - pela percepção de que ela está desaparecendo do Cerrado, sendo envenenada ou apropriada por alguns poucos.

“A água tá sumindo. Os rios estão secando. Quem não vê isso? Tá difícil produzir. A terra tá confusa em relação ao céu. E os problemas são para todos nós”, desabafou brava dona Izabel Xerente, batendo sua borduna no chão de terra.

E ela tem razão. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), 72% da água disponível no Brasil é utilizada para irrigação. “É muita água para soja, cana de açúcar e boi. O agronegócio exporta nossa água para o exterior. Que segurança temos de que nossos netos terão água para beber?”, questiona um material produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apoiador da Assembleia.

“É pelo desmatamento que, em média, desaparecem dez pequenos rios no Cerrado ao ano... Assim, as águas vão desaparecendo do Cerrado, que é conhecido como Berço das Águas”, enfatiza o panfleto.

Esta realidade é testemunhada pela jovem Avá-Canoeiro do Rio Araguaia, Sirlene Silva, que mora na aldeia Canoanã, na Ilha do Bananal, no Tocantins. “Na nossa região, também tem um riozinho e um outro córrego que já estão praticamente secos por conta da irrigação de arroz que os fazendeiros fazem o ano todo”.

O mais grave é que o Matopiba, que ficou conhecido como a última fronteira do agronegócio no Brasil, vai intensificar severamente a utilização de água para a produção de grãos para exportação, principalmente soja e milho transgênicos, de modo a alimentar o gado no exterior. “É extremamente grave o que vem ocorrendo nesta região. Esta situação de extrema apropriação dos territórios e dos bens comuns dos povos e das comunidades pode levar à mesma situação que hoje enfrentam os indígenas no Mato Grosso do Sul, onde na semana passada mais uma liderança Guarani e Kaiowá foi assassinada, em mais um ataque covarde dos pistoleiros e ruralistas”, alertou o secretário



Em caminhada, indígenas e aliados alertaram a população de Palmas sobre os severos impactos do Matopiba, motivo de enorme apreensão dos participantes da III Assembleia



Artigo O que os intelectuais/cientistas querem com o Matopiba?

Marcelo Brice e André Demarchi*

Já sabemos o que os megainvestidores, os produtores em larga escala, alguns países e os políticos querem com o projeto de expansão e regulamentação da “última” fronteira agrícola nomeada de Plano de Desenvolvimento Agrícola (PDA) Matopiba. Mas não faz mal pontuar para passarmos à outra reflexão. O PDA que abrange o total de 337 municípios, sendo 139 no Tocantins, 135 no Maranhão, 13 no Piauí e 30 na Bahia quer incentivar a produção agrícola de alto volume nessa área fundamental para o meio ambiente, que contempla 91% do bioma Cerrado, 7,2% da Amazônia e 1,64% da Caatinga; nesta área temos: 46 unidades de conservação, 36 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, conforme dados do Ministério da Agricultura e do Cimi [Conselho Indigenista Missionário].

As atividades do agronegócio podem não ser necessariamente ruins, já que se entende que a atividade agrícola que adiciona valor comercial e faz circular riqueza é agronegócio. O ponto a ser provocado é a que tipo de agronegócio que o projeto serve. Não precisamos executar a simplista e pobre dicotomia entre os bilhões da soja e a relação de troca que as comunidades de pequena

monta exercem. Pois se quer organizar as fronteiras e perceber as potencialidades da região não pode ser para destruímos e tirarmos violentamente as condições de sobrevivência do planeta e da sociedade. Em termos globais e de funcionamento do meio ambiente, sabe-se que o Brasil tem uma fonte de riqueza que os outros países populosos e com grande necessidade de alimentos não têm. Estamos falando da água. Falta água para a irrigação e o enriquecimento da produção, e no Brasil a água, ainda, parece farta.

Os povos indígenas e as populações tradicionais são os guardiões dessa riqueza. Uma olhadela em qualquer foto aérea, a despeito da falsidade ideológica, é suficiente para verificar a diferença entre as áreas esverdeadas, ricas, com melhor temperatura, pulsantes de vida cultural e biológica e as áreas desmatadas, ressecadas, empobrecidas e degradadas pela monocultura que são as áreas do agronegócio de grande extensão. O discurso repetido e subtraído por meio dos grandes recursos financeiros coloca o agronegócio de grande extensão como a salvação nacional nas contas do PIB [Produto Interno Brasileiro]. E isso basta para convencer o excesso de economia “científica” que serve aos senhores do mercado. Não se dispõem a pensar em outra chave, que proteja àqueles invisibilizados socialmente pelo progresso e desenvolvimento aparente.

A aliança entre os senhores do dinheiro e os senhores do saber científico bloqueia o florescimento de uma atividade agrícola baseada no respeito à natureza, à criatividade dos povos guardiões, ao trato fomentador de trocas ricas, aos laços culturais que afirmam saídas que não a simples destruição. Querem regulamentar? É uma ótima pedida. Incentive, então, a produção que integre os sistemas e não a que libera alvará para plantação de eucalipto em terras indígenas, como o ocorrido nos limites das terras Apinajé, depois de suspeita (e irregular) liberação aos fazendeiros que adquiriram uma grande área ao redor da terra indígena por valores mais em conta do que suas outras fazendas no Pará, e que “inocentemente” sugam a água dos solos do centro-norte do país, responsáveis pelos grandes aquíferos do planeta e, assim, financiam uma vida implosiva nas grandes cidades brasileiras e do mundo.

Num fim de dia trafegando pela TO-050, entre Palmas e Porto Nacional, às margens da pista alguns rapazes faziam o serviço de tocar fogo na terra que servirá para plantação de soja; ao chegar a Porto Nacional vemos um *outdoor* com os dizeres: “Venha investir no Matopiba: a última fronteira agrícola do Brasil”, alguns metros depois outro *outdoor*, com a imagem de um trator e uma grande corrente encaixada, com



os dizeres: “Contrate ‘O Correntão’, o melhor serviço de desmatamento da região”, portanto aos nossos colegas da UFT (Universidade Federal do Tocantins) – e aos “outros senhores do saber” que sustentam (e a si mesmos, financeiramente, às vezes, mas no geral em posições de poder, bem pequenininho, mas... ah, como eles gostam!) o discurso assassino desse projeto encampado pela ex-ministra Kátia Abreu, só lhes sugerimos que marquem na testa a insígnia de “O Correntão” e apareçam nessa quarta-feira, às 8h, na Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e do Tocantins para debater, de maneira franca, com aquelas que resistem aos desmandos, econômico e político, dessa mixórdia de comensais do prato alheio. Nos encontramos lá, em uma tenda no campus de Palmas da UFT, entre os dias 20 e 23, em um espaço aberto ao debate.

[Após a realização da Assembleia, mencionada no artigo, os autores acrescentaram a seguinte nota no texto:]

P.S.: Os que agora atenderão pelo sobrenome “Correntão” não compareceram para o diálogo/debate.

* Marcelo Brice é doutor em Sociologia e André Demarchi é doutor em Antropologia, ambos são professores do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Tocantins (UFT). Este artigo foi publicado originalmente no *Jornal do Tocantins*, em 22 de junho de 2016.

executivo do Cimi, Cleber Buzatto, durante o debate que discutia a recente desconstrução dos direitos indígenas.

Além dos temas vinculados à questão da territorialidade, outras pautas que foram bastante aprofundadas durante a assembleia foram a saúde e a educação escolar. Representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Não Renováveis (Ibama), do Naturantins, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins estiveram presentes no encontro e levaram muitas “brincas” dos indignados indígenas, que afirmaram estar totalmente abandonados pelo poder público.

Unidos e atentos

Na tarde do dia 22 de junho, os participantes da assembleia, juntamente com pesquisadores e diversos integrantes de organizações da sociedade civil, realizaram uma caminhada pelo centro de Palmas para explicar à população como o Matopiba irá agravar ainda mais a destruição do Cerrado e expulsará os seus povos de seus territórios tradicionais. Cerca de 500 cruzeiros de madeira, simbolizando o longo processo de extermínio e destruição implementado pelo capitalismo e denunciando os impactos futuros do aprofundamento deste sistema, foram cravadas em uma das praças centrais da cidade. Em seguida, os participantes foram até a Assembleia Legislativa do estado, onde entregaram um documento aos deputados manifestando o seu repúdio a este projeto do agronegócio brasileiro e internacional.

Apesar do diagnóstico sombrio, os povos indígenas, com a resiliência histórica que lhes é peculiar, juntamente com os quilombolas, os sem terra, as quebradeiras de coco e as demais comunidades tradicionais presentes, afirmaram o compromisso de se manterem firmes e articulados na resistência ao que chamam de “projeto de morte”, encabeçado pelo agronegócio e suas corporações genocidas, com apoio dos governos em suas diferentes instâncias.

No final, o clima na assembleia era de determinação e alegria, especialmente pela oportunidade de compartilharem os desafios, as estratégias e os sonhos, sempre com o intuito de garantirem o Bem Viver para estas e as futuras gerações. E, nesse sentido, uma certeza era quase palpável no ar: a de que é preciso perseverar na luta.

Suzanne Matos



Massacre Caarapó

A violência no Mato Grosso do Sul mata mais um Guarani e Kaiowá. A perpetuação dos violentos ataques expõe uma articulação estratégica por parte de setores do agronegócio, que têm optado pela prática da “injustiça pelas próprias mãos”, no sentido de garantirem para si, através do esbulho, as terras ancestrais indígenas

Assessoria de Comunicação

Em 12 de junho deste ano, no município de Caarapó (MS), famílias Guarani e Kaiowá da reserva Tey'ikue ocuparam uma região ancestral conhecida pelos indígenas como Toro Paso. A área é uma das que compõem o território tradicional e originário Dourados-Amambaípeguá, já reconhecido e delimitado pelo Estado brasileiro.

Dois dias depois, pelo menos 70 fazendeiros, acompanhados de pistoleiros uniformizados, mascarados e armados, desfecharam uma ação paramilitar brutal contra aproximadamente 300 indígenas acampados no *tekoha* Kunumi Verá, em Toro Paso. Nos ataques utilizaram caminhonetes, tratores, armas de fogo de calibres variados, além de espingardas de calibre 12 com balas de borracha.

Na sequência, invadiram a reserva Tey'ikue, onde, além das famílias do acampamento que fugiram para lá, estava um grupo de pelo menos cem moradores da reserva. Entre eles havia uma comissão composta por lideranças, professores e agentes de saúde, que se deslocou ao local do conflito para ajudar no resgate dos feridos e tentar negociar o cessar-fogo com os fazendeiros.

Não houve diálogo e o ataque violento continuou, resultando no assassinato do agente de saúde indígena Clodioli Aquileu Rodrigues de Souza, Kaiowá de 26 anos. Outros seis indígenas foram hospitalizados - cinco deles em estado grave -, entre os quais uma criança, com tiros no coração, cabeça, abdômen, estômago e braço. Ao menos outros seis indígenas que não foram ao



O agente de saúde Clodioli Rodrigues de Souza, Kaiowá de 26 anos, é a última vítima fatal da histórica e impune violência contra os indígenas no Mato Grosso do Sul

hospital registraram - em fotografias ou através de exame de corpo de delito - ferimentos com balas de borracha. Não houve registro oficial ou informal de fazendeiros feridos.

Após o ataque, que durou quatro horas, uma viatura da Polícia Militar foi encontrada pelos indígenas dentro da reserva Tey'ikue, a alguns quilômetros da área do ataque. Segundo o relato dos indígenas, os atingidos estavam a caminho do hospital, resgatados pelos indígenas e, posteriormente, pelos bombeiros. Indígenas teriam identificado um dos três policiais que estavam na viatura como um partícipe do ataque. Os policiais, então, foram desarmados pela comunidade e entregues aos bombeiros que auxiliavam no resgate.

A comunidade chamou a Polícia Federal, além da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério Público Federal (MPF), para fazer a devolução das armas. A viatura policial foi incendiada, bem como um caminhão que levava uma colheitadeira - que, segundo os indígenas, havia tentado atropelar um Guarani Kaiowá.

Um relatório divulgado no dia 21 de junho, pela comissão parlamentar que foi a Caarapó ouvir as vítimas e testemunhas do massacre, detalha os acontecimentos e lista os nomes de três supostos proprietários de terras envolvidos na ação.

Na série de tragédias vividas pelos Guarani e Kaiowá recentemente, destaca-se o despejo, realizado de madrugada, dos moradores do *tekoha* Apyka'í, a maioria mulheres e crianças

Nenhum fazendeiro preso, mas...

O brutal ataque de fazendeiros contra os Guarani e Kaiowá de Caarapó não levou nenhum dos envolvidos no massacre à prisão, apesar das lideranças afirmarem que reconhecem vários deles. No entanto, lideranças foram indiciadas criminalmente e poderão ser presas. É o que registra uma carta assinada por mais de 700 indígenas. O documento foi escrito durante o encontro do Conselho da Aty Guasu, realizado nos dias 1º e 2 de julho, no *tekoha* Namoí Guaviray, em uma das áreas da Terra Indígena Dourados-Amambaípeguá I retomada pelos indígenas, após a morte de Clodioli.

As cápsulas de munição de diferentes calibres encontradas no local, os vídeos e as fotografias

Terra já foi declarada pelo Estado

A retomada Yvu, do *tekoha* Tey'i Jusu, faz parte da Terra Indígena Dourados Amambaí Peguá e fica a 20 km de Caarapó. Em 12 de maio deste ano, o Relatório Circunstancial de Declaração e Delimitação desta terra foi publicado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no Diário Oficial da União. Outros *tekoha* fazem parte da terra, que ainda abrange a Reserva Indígena Tey'i Kue - criada na década de 1930 para confinar os Guarani e Kaiowá expulsos de seus territórios tradicionais. Após o esbulho, estas terras passavam a ser consideradas devolutas e entregues às frentes de colonização sulistas.

A habitação tradicional e permanente dos

Guarani e Kaiowá nos territórios reivindicados é comprovada pelo relatório TI Dourados-Amambaípeguá I, da Funai. O documento comprova que o processo de esbulho das terras Guarani teve início já no século XIX, com o arrendamento das terras de ocupação tradicional à Companhia Mate Laranjeiras e continuou, no século XX, com a titulação das terras a particulares. O relatório detalha a situação de quatro desses territórios tradicionais reivindicados, mas há diversos outros. Em 2001, um levantamento feito pelo historiador Antônio Brand listou vinte terras das quais os indígenas foram expulsos na região de Caarapó, Laguna Caarapã e Juti.



registrados durante o ataque, além do testemunho de dezenas de indígenas - entre eles, os cinco sobreviventes do massacre -, parecem não ter sido suficientes para a PF prender os fazendeiros, denunciam os Kaiowá e Guarani. No entanto, lideranças indígenas poderão ter prisões preventivas decretadas, acusadas de serem responsáveis pelo incêndio da viatura da Polícia Militar e pelo desarmamento dos três policiais militares logo após o massacre. Mais uma vez, a afirmação dos indígenas de que policiais são omissos, coniventes e até mesmo participantes das ações de violência contra os povos não é considerada pelos representantes do Estado.

Para os membros da Aty Guasu, a prisão de um indígena seria "uma declaração de deboche e guerra contra nosso povo. Se o Estado nos prender depois do que aconteceu, ele não nos respeita e, então, honraremos a vida de todos os que morreram na luta", afirmam os Guarani e Kaiowá.

Sobreviventes ameaçados

Além de possíveis prisões de lideranças, as famílias Guarani e Kaiowá sobreviventes do massacre de Caarapó enfrentam uma ordem de despejo contra o *tekoha* Kunumi Vera. No dia 7 de julho, a Justiça Federal de Dourados concedeu liminar de reintegração de posse em favor da proprietária da fazenda Yvu.

Esta é a terceira reintegração de posse contra os Guarani e Kaiowá desde o início de julho. Um dia antes (6), durante a madrugada, os poucos ocupantes, a maioria crianças e mulheres, do *tekoha* Apyka'i foram despejados pela polícia. No dia seguinte (7), com medo da violência da polícia e dos fazendeiros, as famílias do *tekoha* Ita Poty deixaram a área ocupada e continuam tentando um acordo para o reinício dos trabalhos de demarcação da terra indígena. As duas reintegrações ocorreram na região do município de Dourados, e em ambos os casos, os barracos das famílias que estavam nos acampamentos foram destruídos por tratores. Aos Guarani e Kaiowá, restou voltar para a beira da estrada.



Indígenas afirmam que a presença da polícia na região não tem garantido proteção para eles nem mesmo durante os violentos ataques realizados por fazendeiros e seus pistoleiros

A continuidade de uma estratégia criminosa

Menos de uma semana antes do ataque em Caarapó, algumas centenas de quilômetros ao sul, em Guaíra (PR), na divisa com o Mato Grosso do Sul, a Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), ligada aos proprietários de terra locais, divulgou na internet uma convocatória para que os fazendeiros da região se organizassem para atacar um grupo Avá-Guarani de uma área ocupada. O resultado: casas queimadas e indígenas expulsos sob ameaças de morte.

Na noite anterior ao ataque de Caarapó, nas páginas das redes sociais ligadas ao movimento indígena, divulgava-se que outra comunidade Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, a de Pyelito, em Iguatemi, também estava cercada e era alvo de tiros, tática bastante comum para gerar um clima permanente de tensão e terror entre os indígenas.

Na noite de 19 de junho os Guarani e Kaiowá e os Nandeva que vivem na região de Caarapó, foram surpreendidos por um novo ataque a um de seus territórios tradicionais: Guapó'y. Tiros e barulho de caminhonetes foram confirmados por servidores da Funai nessa área, que havia sido retomada na semana anterior. Os indígenas se abrigaram na mata, temendo a repetição do massacre.

Em 11 de julho, homens armados em quatro caminhonetes e um trator atacaram violentamente os indígenas Guarani e Kaiowá acampados no *tekoha* Guapoy, na Terra Indígena (TI) Dourados-Amambaipeguá I, no mesmo local onde Clodiodi de Souza havia sido assassinado há menos de um mês. Três pessoas foram atingidas pelos tiros das armas de fogo: um adulto de 32 anos e dois jovens, de 15 e de 17 anos, este último ficou em estado grave. O ataque ocorreu apesar da presença da Força Nacional de Segurança na região.

Na noite seguinte, em mais uma ofensiva, indígenas acampados no *tekoha* Kurusu Ambá foram atacados a tiros em Coronel Sapucaia (MS), fronteira do Brasil com o Paraguai. Foi o quarto ataque, desde fevereiro, nos acampamentos de Kurusu, onde quatro indígenas já foram assassinados no contexto da luta pela terra.

Esses casos mostram que o Massacre de Caarapó está longe de ser um fato isolado. A organização dos fazendeiros para atacar aldeias e acampamentos está se tornando cada vez mais comum, quase diária e tem se agravado após o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência. Devido à violenta ganância de alguns ruralistas do estado, dezenas de outras comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul enfrentam regularmente situações semelhantes à de Caarapó.

Morosidade e injustiça pelas próprias mãos

Após o massacre de Caarapó, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) protocolou documentos junto à Presidência da República, à Procuradoria-Geral da República e ao Ministério da Justiça, pedindo providências para que os ataques violentos contra as comunidades indígenas sejam cessados e os responsáveis sejam identificados e punidos. No documento protocolado, o Cimi também denuncia as ações articuladas de ataque contra os povos indígenas por parte de setores do agronegócio, que têm optado pela prática da "injustiça pelas próprias mãos", que vem se intensificando nos últimos anos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o assassinato de Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, manifestando preocupação com os altos índices de atos de violência contra as comunidades indígenas Guarani e Kaiowá, especialmente no Mato Grosso do Sul. Urgiu a imediata investigação, pelo Estado brasileiro, com a devida diligência para julgar e punir os responsáveis e evitar sua repetição.

A CIDH destacou, com preocupação, que o estado do Mato Grosso do Sul tem o mais alto número de assassinatos de líderes indígenas do país. Declarou que, apesar dos apelos por atenção e das recomendações emitidas pela Relatora Especial das Nações Unidas para os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, o Estado brasileiro continua sem adotar as medidas urgentes e necessárias para prevenir e punir a violência contra as comunidades indígenas Guarani e Kaiowá.

A relatora especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, que visitou o estado em março deste ano, instou as autoridades federais e estaduais a adotarem ações urgentes para prevenir mais assassinatos, bem como investigar e responsabilizar os perpetradores. "Lamento que, apesar de meus alertas anteriores, as autoridades federais e estaduais tenham fracassado em adotar medidas rápidas para prevenir a violência contra os povos indígenas", declarou, concluindo que "a busca por interesses econômicos, de tal modo que subordinem ainda mais os direitos dos povos indígenas, cria um risco potencial de efeitos etnocidas que não pode ser desconsiderado nem subestimado".

Ao pedir providências ao Ministério da Justiça para garantir a investigação do crime e a segurança dos indígenas, o Ministério Público Federal (MPF) afirmou que "lamenta o episódio de violência" e espera "que haja efetiva proteção dos povos indígenas e punição dos responsáveis pelos atos criminosos".

A Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP) e a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) também se solidarizaram com as comunidades e os familiares das vítimas do ataque ruralista em Caarapó e exigiram a "imediata demarcação de todas as terras Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, além da punição dos autores dos fatos relatados".

Na nota à relatora especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, o Cimi e a Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar (Fian Brasil) também informam sobre outros ataques e cercos a indígenas em pelo menos outras quatro áreas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Nos *tekohas* Guaiviry e Pyelito Kue, ocorreram ataques a tiros, sem deixar feridos, na mesma noite em que ocorreu o massacre em Caarapó. Já nos *tekoha* Potrero Guasu e Kurusu Amba, na região do município de Coronel Sapucaia, também na região sul do estado, indígenas relataram a presença de pessoas armadas cercando as comunidades indígenas.

Somente no último semestre, conforme informa a nota, já foram contabilizados ao menos 25 ataques contra os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, incluindo ataques químicos, com a utilização de agrotóxicos, e atentados a tiro. ♦



Maio memorável, com intensas mobilizações

Egon Heck, Secretariado Nacional

Intensas mobilizações, desde as aldeias até à Organização das Nações Unidas (ONU), passando pelas agitações de Brasília, fizeram com que maio fosse um dos meses marcantes dos povos indígenas do Brasil e em especial dos Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul.

Como é bom sentir a oxigenação da esperança dos povos originários com avanços no processo de reconhecimento de suas terras/territórios. Por vezes temos dificuldade de dimensionar a profundidade e importância de cada palmo de terra conquistado pelos povos indígenas. Tem uma importância especial, simbólica e real.

CPI do absurdo

Sobre a aprovação relâmpago, realizada em apenas cinco minutos, do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o Cimi, movida pelos deputados ruralistas da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, sem a presença de dois membros da Comissão, assim se posicionou o deputado Pedro Kemp:

“O relatório omite o fato de a entidade investigada não ter sido notificada no início dos trabalhos, fato que, por si, compromete toda a investigação por coibir o direito de ampla defesa da investigada. Ademais, o relatório utiliza-se de depoimentos de pessoas que se negaram a assinar termo de compromisso, de pessoas que mentiram despudoradamente em suas afirmações e de outras declarações de pessoas que acusaram o Cimi com base em ‘ouvi dizer’, ‘tem indícios’, ‘não tenho certeza, mas...’, ‘acho que...’.

Sendo assim, manifesto meu repúdio pela forma apressada e antidemocrática como se deu a realização da sessão de votação do relatório final da CPI do Cimi, comissão essa criada com o intuito prévio de criminalizar a entidade e o próprio movimento indígena de Mato Grosso do Sul. Não medirei esforços para que meu voto possa ser conhecido e para que chegue às instâncias competentes” (*Campo Grande News*, 11 de maio de 2015).

Dos quase sete meses de CPI restaram apenas as surradas teses reacionárias, acusações levianas e não verdadeiras, de cenas hilariantes, não fossem dramáticas, como na sessão em que o relator puxou o terço do bolso e desafiou: “Duvido que alguém seja mais católico do que eu!”. O mesmo deputado admitiu “o caráter ruralista (da CPI) e chamou o ministro da Justiça de “picareta”. Não satisfeito, ainda teceu acusações sobre autoridades religiosas de Mato Grosso do Sul: “Sou católico, mas não será qualquer padeco ou bispinho que vai falar o que devo fazer ou não” (*Midiamax*, 13 de outubro de 2015).

Em relatório apresentado em separado, o deputado Kemp demonstra que “o relatório final apresentado pelo senhor relator é um verdadeiro absurdo, para não dizer uma peça de ficção. Não é amparado em provas ou elementos consistentes. Utiliza-se de depoimentos de autores de livros pseudocientíficos sobre o Cimi, construindo uma tese do caráter conspiratório da entidade, que, com apenas cinco membros atuando no estado, estaria atentando contra a soberania nacional e propondo a constituição de uma ‘Nação Guarani’ independente”.

Os povos indígenas, especialmente os Kaiowá e Guarani, apesar de todas as violências e massacres a que têm sido submetidos há séculos, são heróis da resistência, povos mercedores de reconhecimento pelo exemplo de vida, sabedoria, espiritualidade e dignidade. E nós, enquanto sociedade invasora de uma civilização falida, deveríamos pedir perdão, inclusive por essa CPI, e nos comprometer efetivamente com a luta pela demarcação imediata das terras conforme determina a Constituição, devolvendo-lhes as condições para que possam viver em paz e com dignidade.

Manifesto gratidão à dignidade com que atuou o deputado Pedro Kemp, inclusive defendendo a pessoa de Antônio Brand e a mim, vítimas de ataques durante as sessões da CPI. O destino do relatório desta CPI deve ser o mesmo daquela realizada durante o período constituinte: o esquecimento. ♦



Os Kaiowá e Guarani, apesar de todas as violências e os massacres a que têm sido submetidos há séculos, são heróis da resistência, mercedores de reconhecimento pelo exemplo de vida, sabedoria, espiritualidade e dignidade

Missão da ONU é atacada por ruralistas na CPI da Funai/Incra

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

O deputado federal ruralista Valdir Colatto (PMDB/RS) protocolou requerimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai/Incra requisitando à Casa Civil da Presidência informações e documentos referentes à missão da Relatoria Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos dos Povos Indígenas ao Brasil. O requerimento precisa ser votado pelos parlamentares membros da CPI. No último mês de março, a relatora Victoria Tauli-Corpuz percorreu, em missão oficial da ONU, terras indígenas no Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará verificando se recomendações feitas ao país pelo relator anterior das Nações Unidas, James Anaya, em 2008 tinham sido atendidas.

A bancada ruralista se irritou com as conclusões da missão da ONU. Ao fim da visita, em 17 de março deste ano, Victoria afirmou que o governo brasileiro não havia observado as recomendações - sobretudo no que se refere às demarcações - e concluiu, em relatório parcial apresentado durante entrevista coletiva em Brasília, que, ao contrário: os direitos indígenas no Brasil corriam sério risco por força de interesses privados sobre os territórios tradicionais reivindicados pelos povos país afora. Para Victoria, a autodeterminação dos povos

Criticada por defender os direitos indígenas, a relatora Victoria Tauli-Corpuz disse: “Sou parcial mesmo. Isso é o que pede o mandato a mim entregue pela ONU na Relatoria Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas”

indígenas não vem sendo respeitada pelo governo brasileiro. A relatora deverá apresentar um relatório definitivo, contendo novas recomendações ao país, em setembro.

Colatto argumenta, apresentando desconhecimento sobre as prerrogativas de trabalho das relatorias da ONU e seu funcionamento, que a missão deveria ter sido acompanhada de perto pelo governo brasileiro. Em tom de denúncia, o parlamentar ruralista apontou o que denominou como “passado onguista” da relatora, sem nenhuma atenção às funções, aos perfis e objetivos dos mandatos da Relatoria Especial da ONU. “Essa relatora veio em um momento relativamente crítico do nosso país e no calor dos trabalhos desta CPI, sugerindo uma forma de intervenção nas questões internas do povo e do Estado brasileiros, inclusive traçando críticas à atuação do governo na demarcação de terras indígenas (sic)”, justificou Colatto no requerimento.

A iniciativa de Colatto não é o primeiro ataque à missão da ONU no país. Enquanto estava na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia, a relatora tomou conhecimento de uma declaração da deputada estadual ruralista Mara Caseiro (PMB/MS), então presidente da CPI que investigou a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Mato Grosso do Sul, em que a parlamentar questionava o fato da relatora ser parcial na defesa dos povos indígenas. A ruralista também criticou o envolvimento de Victoria com organizações internacionais de promoção dos direitos humanos.

Em resposta, Victoria disse: “Sou parcial mesmo. Isso é o que pede o mandato a mim entregue pela ONU na Relatoria Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Minha função é verificar se os princípios das Nações Unidas para essas populações são observados pelo governo brasileiro; tecer críticas e fazer recomendações. Então, sou parcial, esse é o papel da Relatoria Especial”. Conforme o cacique Ramon Tupinambá, a missão da ONU é essencial para que os povos indígenas tenham seus direitos respeitados: “São normas internacionais que o governo brasileiro desrespeita, além da Constituição. É importante que na ONU saiba o que acontece aqui. Os assassinatos, emboscadas, criminalizações e a falta de demarcação”. ♦





Reunidos em mais um encontro da Teia, povos indígenas e comunidades tradicionais, do Maranhão, denunciam que o agronegócio cada vez mais invade seus territórios ancestrais

“Todo arame e porteira merecem corte e fogueira”

Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão

Integrantes da Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, a Teia, estiveram reunidos entre 13 e 15 de maio, na comunidade sertaneja Forquilha, em Benedito Leite, município maranhense às margens dos rios Parnaíba e Balsas. Ao término do encontro, a articulação de povos indígenas e comunidades quilombolas e tradicionais divulgou um documento denunciando o Plano de Desenvolvimento Agrário Matopiba como “danoso” aos povos da região. O Matopiba visa um cinturão de terras que perpassam os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia a ser explorado pela cadeia do agronegócio. É considerado pelos ruralistas “a última fronteira do agronegócio”.

No documento “Teia é o caminho da rebeldia e não da aceitação”, os indígenas dizem que foram convocados pela memória dos ancestrais, das lutas de companheiros e companheiras que deram suas vidas pelas suas causas; movidos pela força dos Encantados, dos Orixás, de Jesus de Nazaré e pela realidade que os impulsionam a lutar. Identificam-se como “povos originários (Krenyê, Gamela, Krikati, Krepym Katejê) e comunidades tradicionais (quilombolas, sertanejos, geraizeiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais), irmãos, companheiros, parentes, vivendo experiências de diversas espiritualidades, que tecem o caminho da rebeldia ao som dos tambores, atabaques, maracás, caixas do divino; cantamos, dançamos e rezamos na construção da autonomia nos nossos territórios fortalecendo a luta rumo ao Bem Viver”.

Os participantes da Teia assinalam que os projetos de vida deles “estão ameaçados pelo latifúndio, pelas empresas capitalistas incentivadas e patrocinadas pelo Estado nas esferas do poder federal, estadual e municipal”. No documento, registram ainda que, “nos últimos anos a violência está sendo acirrada com a implementação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário Matopiba e seus diversos projetos de infraestrutura, logística, tecnologias e produção de monoculturas como a soja e o eucalipto”. Para a Teia, o projeto, “imposto pelo Estado Brasileiro, sob a coordenação do Ministério da Agricultura e Pecuária, utiliza a falácia de (des)envolvimento para a região, a promessa enganosa de geração de emprego e renda, preservação do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura para os municípios”.

“Já vimos este cenário: a expansão da fronteira agrícola para a Amazônia nos anos 1970 com a implantação do Programa Grande Carajás e a implementação do projeto Prodecer nas áreas de Cerrado do Centro-Oeste, na década de 1980, tiveram como consequência a alta concentração da riqueza, devastação

ambiental e o extermínio de povos indígenas e das comunidades tradicionais. Esse cenário se repete agora com o projeto Matopiba, numa região onde existe uma forte desigualdade social em que 0,42% da população concentra 59% da renda”.

“Denunciamos que a violência é a ferramenta principal deste projeto de morte. Em todo o Brasil, até maio de 2016, foram assassinadas 23 pessoas (indígenas, quilombolas, sem terra, posseiros, sindicalistas), desses, nove apenas no Maranhão. Foram cinco indígenas, dois quilombolas, um posseiro e um sindicalista e até hoje continuamos sem resposta do Estado que não investigou e tampouco puniu os culpados. Pelo contrário, temos companheiros e companheiras injustamente presos por lutar e defender seus territórios”.

“Denunciamos a perda dos nossos territórios por reintegrações de posse concedidas pelo Poder Judiciário de forma arbitrária, parcial e injusta; bem como a regularização da grilagem das terras públicas pelo Programa Terra Legal. Repudiamos a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Mulheres, da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria Igualdade Racial e o consequente retrocesso das políticas sociais e afirmativas. Repudiamos com veemência a transferência da titulação dos territórios quilombolas para o Ministério da Educação e Cultura, sob o comando do DEM, partido inimigo das comunidades quilombolas”.

O documento da Teia denuncia ainda “o ataque das bancadas do boi, da bala e da bíblia às leis que asseguram os direitos territoriais dos povos e das comunidades tradicionais, inviabilizando as demarcações de terras indígenas, titulação de terras quilombolas e a reforma agrária. Entre as ameaças destacamos a PEC 215/2000, o PL 1610/1996 e a PEC 65/2012, em tramitação no Congresso Nacional. Os ataques aos direitos dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, das famílias sem terra e sem teto e da classe trabalhadora anunciadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer em seu Programa Ponte para o Futuro (de morte) somente reforçam a prática racista e etnocida das elites que comandam o Estado brasileiro”.

“Apesar de escuro... Estamos de pé e não nos deixaremos deter e temer! Reafirmamos o caminho da insurgência dos povos pela nossa autonomia, pela garantia e pelo cuidado com nossos territórios. Nosso compromisso é com nossos modos de vida, com nossa forma de cantar, cultivar, dançar, relacionar. Não ao Matopiba, em defesa da Amazônia, do Cerrado e das águas. Seguiremos cantando e agindo porque, ‘Todo arame e porteira merecem corte e fogueira, são frutos da maldição! Territórios livres! já!’.

Comunidade Sertaneja Forquilha, 15 de maio de 2016
 Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do MA

Pauta Indígena

3/5

- MPF/RO processa responsáveis por documentário inverídico sobre infanticídio indígena
- Incêndio criminoso destrói casa sagrada do povo Pankará na Serra do Arapuá, sertão de Pernambuco

4/5

- Liderança Tupinambá é assassinada por pistoleiros na aldeia Serra das Trepes, BA
- MPF/MS quer nulidade de títulos de propriedade incidentes sobre terra indígena em Dourados
- Delegado da PF que realizou despejos contra Terena e Guarani Kaiowá é condenado à prisão por bater na ex-mulher

5/5

- Indígena Tumbalalá assassinado na Bahia é terceira vítima de pistoleiros em uma semana

6/5

- Denúncias de nepotismo no Condisi Leste de Roraima: um debate urgente aos povos indígenas
- Investigação não encontra crime e inquérito da Polícia Federal sobre o Cimi é arquivado

7/5

- Ataques ao povo Tupinambá deixam casas e plantação queimadas na aldeia Patiburi

11/5

- Para facilitar, Dilma, te enviamos, novamente, a lista das terras a serem homologadas
- Cimi denuncia ao MPF situação de calamidade vivida por comunidade Guarani Mbyá do RS

12/5

- Decisão do STF sobre Yvy Katu traz vitória aos povos indígenas contra marco temporal
- Após ocupação dos Guarani e Kaiowá, Funai reconhece TI Dourados-Amambai Pegua I

13/5

- Ministro da Justiça promete segurança a indígenas da TI Marãiwatsédé, sob grave risco de invasão por fazendeiros
- Em Fórum da ONU, indígenas e Cimi denunciam violências e alertam para risco de retrocessos com Temer
- Apyka'i: polícia fará despejo de acampamento Guarani Kaiowá explorado por Bumlai

14/5

- “Tudo o que os Tupinambá conseguiram foi pela ação direta”, conta a diretora do filme *O Retorno da Terra Tupinambá*

17/5

- Nota do Cimi sobre os retrocessos anunciados por Temer contra os povos indígenas

20/5

- Apib cobra explicações sobre MP que excluiu Funai da estrutura do Ministério da Justiça
- O governo é provisório, nossos direitos são originários: não à revogação de demarcações!

23/5

- Audiência Pública da CPI Funai/Incr para impedir demarcações no RS é suspensa depois de protesto

24/5

- Kanela do Araguaia (MT) têm aldeia ameaçada de expulsão e liderança faz apelo às autoridades

25/5

- Ministro do STF define Cimi como “Amigo da Corte” em processo pela nulidade da CPI da Funai/Incr
- No Amazonas, povo Madija Kulina realiza sua primeira Assembleia Indígena

28/5

- Pataxó Hã-Hã-Hã pedem providências ao MPF em relação à saúde indígena na BA

Os Tupi entre a cruz e a espada

Historiador apresenta uma visão mais profunda sobre os Tupi de São Paulo, sua cultura e seu espírito guerreiro, e afirma que “é preciso superar a dicotomia vencedor-vencido e descobrir o protagonismo dos povos”

Leda Bosi, Documentalista

Entre a cruz e a espada - Os Tupi de São Paulo de Piratininga no século XVI é um livro que procura mostrar o tipo de colaboração que marcou o encontro dos jesuítas e dos portugueses com os Tupi de Piratininga, logo no início do processo de colonização. Em suas pesquisas, o historiador Benedito Prezia ateve-se àquele século, colocando como marco inicial a chegada dos primeiros povoadores externos, por volta de 1532, indo até 1593, ano da última grande ofensiva dos Tupi contra o planalto paulista.

Na primeira parte, o estudo mostra os protagonistas deste embate: o povo Tupi, o colono e o missionário jesuíta. Na segunda, aborda as respostas dos Tupi à missão e aos colonos, que se estabeleciam no planalto de forma hegemônica.

A historiografia regional registrou, num primeiro momento, o indígena como fiel seguidor dos jesuítas e importante colaborador dos chamados bandeirantes. Baseada em obras antigas, de memorialistas e historiadores, firmou-se não só uma visão que ajudou a apagar a presença dos indígenas na história do surgimento de São Paulo, como também os desqualificar. É o que observa a antropóloga Lília Schwarcz, quando afirma que “da criação da imagem do bandeirante e da condenação dos primeiros habitantes nativos era apenas um passo”.

Apesar da publicação das “Atas da Câmara de São Paulo” e da documentação oficial, como testamentos, inventários, cartas de datas de terra e sesmarias, que ajudaram a desvendar o cotidiano dos primeiros séculos da conquista, a visão ufanista do herói bandeirante ainda perdurava. A partir da década de 1970 observou-se uma mudança dessa visão, com os trabalhos de Darcy Ribeiro, do pesquisador inglês John Hemming e, em especial, do professor Carlos Moreira Neto, que mostram a presença indígena ao longo de nossa história.

Contrariando o pensamento dominante, não existiu uma atitude de incondicional colaboração. A documentação da época demonstra um quadro diverso,

Entre a cruz e a espada

Os Tupi de São Paulo de Piratininga no século XVI
Benedito Antonio Prezia
Alemanha, Novas Edições Acadêmicas
2016. 276 pg.

“A mestiçagem dos primeiros moradores levou ao surgimento de um tipo rude, o bandeirante, que se especializou no tráfico de escravos indígenas, com a destruição de muitos povos nativos. Reabilitado pela história oficial, esse aventureiro tornou-se herói, ofuscando a população nativa, que, de certa forma, desapareceu da história regional”

com grupos rebeldes, revelando que a Vila de São Paulo teve dificuldades para se consolidar naquele início de século.

A mestiçagem dos primeiros moradores levou ao surgimento de um tipo rude, o bandeirante, que se especializou no tráfico de escravos indígenas, com a destruição de muitos povos nativos. Reabilitado pela história oficial, esse aventureiro tornou-se herói, ofuscando a população nativa, que, de certa forma, desapareceu da história regional, exceto alguns colaboradores da colônia, como Tibiriçá e sua família.

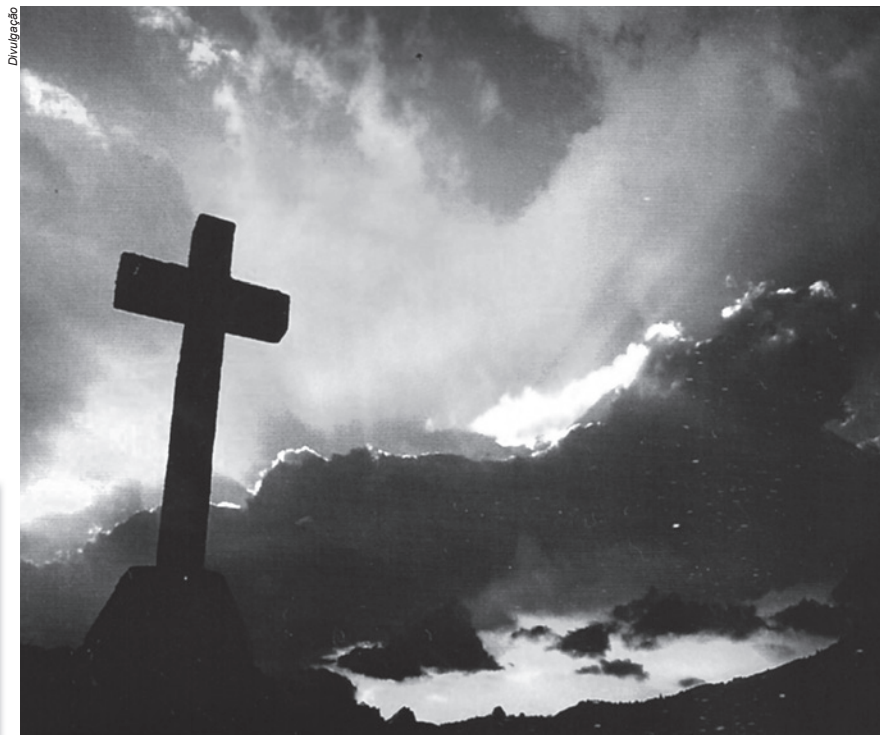
Frente a esse novo olhar, Prezia apresenta uma visão mais profunda sobre os Tupi que ali viviam, sua cultura e seu espírito guerreiro, mostrando

também a dualidade de atitude entre a colaboração e a resistência.

Conforme o autor, “é preciso superar a dicotomia vencedor-vencido, e descobrir o protagonismo desses povos”. Ele cita o historiador Pompa, quando afirma que atualmente se está buscando “uma revisão radical do paradigma da conquista, tanto na vertente da ‘perda’ quanto na da ‘resistência’, que traduzem oposições binárias entre vencedores e vencidos, dominantes e dominados, e deixam para os povos nativos apenas dois papéis, os de vítimas de aniquilação ou de mártires da conservação de sua cultura. Num e noutro caso, o destino é um silencioso ou heroico desaparecimento”.

Ao estudar o universo religioso Tupi, encontramos nos anexos a tradução, pelo autor, dos mitos recolhidos por Thevet, no século XVI, e que foram publicados na sua obra *La Cosmographie Universelle*. O livro apresenta ainda o texto da primeira demarcação de terra indígena no planalto paulista, a pedido dos próprios indígenas, e o primeiro levantamento populacional do Brasil, organizado pelo jesuíta Luís da Fonseca, por volta de 1592.

Benedito Prezia integra o Cimi Regional Sul, em São Paulo. Doutorou-se em antropologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desde 1986 trabalha sobre a história da resistência indígena, principalmente no século XVI. Tem escrito para jovens e adolescentes, destacando-se os livros *Terra à Vista, descobrimento ou invasão; Virando gente grande; e Esta terra tinha dono*.



Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul – Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Os Caminhos da Jiboia, um *game* brasileiro

Inovador, o projeto desperta o interesse pela realidade do povo Kaxinawá, que vive na Amazônia brasileira e peruana, pelos seus rituais ancestrais e pela sua espiritualidade. Por outro lado, o jogo tem elementos que ajudam no fortalecimento do povo e na abertura de seus horizontes para universos tão distantes de sua realidade como a tecnologia digital.

Alice Branco*

Huni Kuin: os Caminhos da Jiboia é o nome de um novo *game* que entrou no mundo digital recentemente. O projeto foi desenvolvido por antropólogos, programadores visuais e membros do povo Kaxinawá, ou Huni Kuin, que quer dizer, “pessoa verdadeira”, “homens verdadeiros” ou “gente com costumes conhecidos”.

Este *game* inovador, com sons da floresta e cantos indígenas, desperta o interesse pela realidade desse povo indígena, pois, para ser jogado é necessário aprender muitas coisas sobre essa cultura. O conhecimento dos rituais ancestrais, dos animais, das plantas e dos espíritos é fundamental para que se possa jogar. O jogador também poderá aprender, se quiser, o idioma hatxã kuin, que é falado no jogo.

A história deste jogo também é diferente: nada de guerra, armas, tiroteio ou violência urbana. A história que orienta Huni Kuin é uma representação da mitologia Kaxinawá. Dois irmãos gêmeos, o caçador e a artesã, foram concebidos, em sonhos, pela jiboia Yube e dela herdaram poderes especiais. Uma série de obstáculos se apresenta aos dois protagonistas que os devem vencer. Se vencerem, tornam-se, respectivamente, pajé e mestra dos desenhos. A história da jiboia Yube pertence ao mito fundador dos Kaxinawá, tal como o uso da ayauaska, Nixi Pae. A arte gráfica kaxinawá, que é atributo exclusivamente feminino, representa animais, homens e a natureza, e ainda mitos relacionados à formação deste povo.

Como é que se faz um pajé no povo Kaxinawá?

“Pajé dá e tira vida. Para virar pajé, vai sozinho para a mata e amarra o corpo todo com envira. Deita numa encruzilhada com os braços e as pernas abertos. Primeiro vêm as borboletas da noite, os husu, elas cobrem seu corpo todinho. Vem os yuxin que comem os husu até chegar a tua cabeça. Aí você o abraça com força. Ele se transforma em murmuru, que tem espinho. Se você tiver



força e não soltar, o murmuru vai se transformar em cobra que se enrola no teu corpo. Você aguenta, ele se transforma em onça. Você continua segurando. E assim vai, até que você segura o nada. Você venceu a prova e daí fala, aí você explica que quer receber muka e ele te dá”. [Siã Osair Sales]

O jogo foi idealizado por Guilherme Meneses, antropólogo da Universidade de São Paulo (USP). A equipe conta com um programador, artista digital e *game designer*, além de outros antropólogos. A produção contou com a participação ativa de 45 Kaxinawá das 32 aldeias existentes no Acre.

“Decidimos com eles [indígenas] o roteiro e as histórias. Eles desenharam os protótipos, gravaram as músicas e os efeitos sonoros. Os pajés narraram as histórias”, informou Meneses, que viu no projeto uma ferramenta contemporânea para explorar e divulgar a cultura dos Kaxinawá.

Os Kaxinawá são, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 7,5 mil em todo o Brasil dos quais, mais de três mil estão no Acre. No Peru vivem também pelo menos 2.500 indivíduos desse povo. Kaxinawá quer dizer “gente que tem o hábito de caminhar a noite”, “gente morcego” ou “gente canibal”, também.

Este povo vive em terras situadas entre o Peru e o Brasil. Aqui, vivem no estado do Acre, nas regiões dos Vales do Purus e Juruá. O idioma falado pelos Kaxinawá é o hatxã kuin, que quer dizer “língua verdadeira”, pertencente ao tronco linguístico Pano, comum a várias culturas da região.



E como é o jogo, afinal?

Em cinco fases, o Huni Kuin aborda mitos tradicionais do povo Kaxinawá. Em cada fase, o jogador é guiado, pelo pajé, no aprendizado necessário, num profundo mergulho nos rituais e desenhos típicos kaxinawá. O jogo, que é falado em português e hatxã kuin, também terá legendas em inglês e espanhol.

“A jiboia é um animal encantado dentro do universo Kaxinawá e dentro da primeira história é o personagem principal”, destacou Meneses.

Todo o trabalho de criação e pesquisa levou quase três anos. Foi uma rica experiência de convívio na aldeia São Joaquim, no Centro de Memórias, durante quatro meses, onde foram oferecidas oficinas de audiovisual e produção de conteúdo. No contato com os indígenas ficou evidente que o jogo também tem elementos que ajudam no fortalecimento do povo Kaxinawá e na abertura de seus horizontes para universos tão distantes de sua realidade como a tecnologia digital, que despertou interesse principalmente entre os mais jovens. O audiovisual foi todo realizado pelos Kaxinawá que participaram das oficinas que incluíam cinematografia, história, desenhos e costumes.

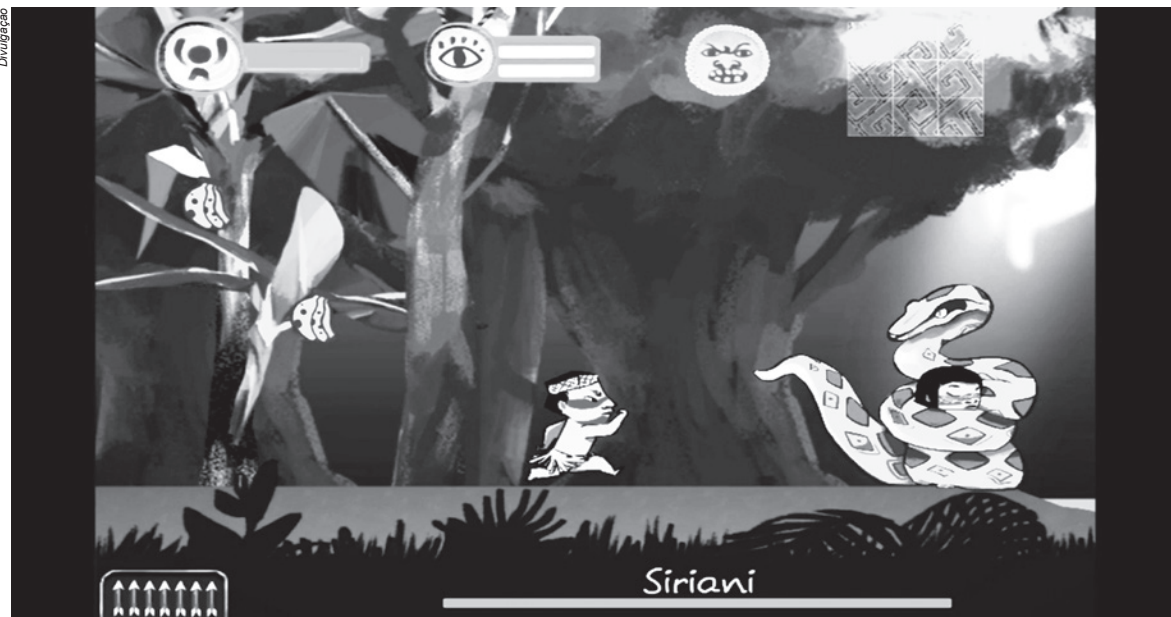
“Minha ideia original era que *gamers* e outros interessados tivessem uma visão de como é uma aldeia, o mundo indígena, os mitos e que isso ajudasse a derrubar certos preconceitos que até hoje existem por falta de informação da população sobre os indígenas”, acrescentou o antropólogo.

“A própria questão da tecnologia é uma transformação na aldeia. É uma demanda deles entrar em contato com nossas cidades, de conseguir trabalho, projetos e visibilidade dentro do cenário nacional”, acrescentou Guilherme Meneses.

A produção do vídeo e a experiência com o jogo foi um fator de aproximação dos jovens Kaxinawá com os mais velhos e com a sua cultura. Isto ficou evidente, principalmente, no trabalho desenvolvido na aldeia Isaka Kaxinawá, conforme relata um dos coordenadores indígenas do projeto: “Fortaleceu a sabedoria dos nossos velhos, porque o velho sabe muito da tradição e temos de aproveitá-los. Eles nos ajudam a pensar nosso futuro, o do nosso filho e do nosso neto.”

O lançamento de *O Caminho da Jiboia* foi feito em abril nas comunidades indígenas que participaram do projeto. Ele está disponível para *download* gratuito nas plataformas pc e mac em: www.gamehunikuin.com.br/

* Texto publicado originalmente na revista eletrônica greenme.com.br



Indígenas na Cabanagem do Pará

Benedito Prezía, Historiador

As lutas populares são, muitas vezes, esquecidas pela história oficial, mas a Cabanagem do Pará começa a ser resgatada. A participação indígena merece ser melhor destacada nesse que foi “o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade”, na avaliação de Caio Prado Jr.

A luta dos povos nativos na Amazônia foi secular. Até depois de aldeados na missão, muitos continuavam resistindo, como se viu ao longo da história. Entre resistências importantes está a do povo Maué. Em 1769 o governador do Pará se queixava que esses “índios da nação Manguês [Maué] resistem às práticas que se lhes fazem para saírem das trevas do paganismo”. Ao contrário do que pensava o governador, esse povo vivia de maneira harmônica na região dos rios Andirá e Maués, entre a foz do Rio Madeira e o baixo Tapajós. A população estimada era de vinte mil pessoas. Habilidosos, eram valorizados como mão de obra, tanto pelos missionários como pelos colonos. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, muitas aldeias foram extintas, e a principal delas, Maués, recebeu nome português, transformando-se na vila de Luzea.

A saída dos missionários levou à desorganização de muitos povos que viviam nas missões, pois várias delas transformaram-se em vilas ou simplesmente desapareceram. Sem o apoio dos padres, seus moradores foram viver às margens dessas povoações, sem direitos, embora oficialmente considerados cidadãos livres. Passaram a ser chamados de *tapuios*, tornando-se, mais tarde, o combustível dessa grande revolução popular.

A independência do Brasil não transformou a colônia. Ao contrário, a estrutura colonial foi mantida, com a dominação dos portugueses, gerando insatisfação nos brasileiros e levando a eclodir em Belém a mais longa revolução popular do Brasil, a Cabanagem.

Iniciada em 1832, contou com grande participação de indígenas e de mestiços. Esse movimento, com a participação do clero jovem, de profissionais liberais e jornalistas, teve altos e baixos. Alguns incidentes mostraram a presença ativa de indígenas e tapuios, como a morte do governador Bernardo Lobo de Souza, provocada pelo *tapuio* Domingos Onça. Ou o assassinato do coronel Joaquim José Santiago, pelo indígena Amanacy¹.

Após a alternância de três governadores revolucionários, sem conseguir governabilidade e coesão, o movimento se viu cercado pelas forças legalistas. A população de Belém ficou sitiada e quase sem comida, facilitando a rendição de boa parte dos rebeldes.

Os que resistiram foram presos e colocados em navios como o *Defensora*, o mais famoso deles. Os maus-tratos e a falta de alimentos causaram a morte de 229 rebeldes nessas embarcações infectas, entre agosto de 1837 e dezembro de 1838. Segundo dados das autoridades locais, que registravam o nome, a “raça” e a idade dos presos, foi possível avaliar a composição étnica dos combatentes: 91 (39,7%) eram tapuios; 45 (19,6%) mulatos ou pardos; 35 (15,2%) mamelucos ou mestiços; 18 (7,8%) cafuzos; 16 (6,9%) brancos; 13 (5,6%) índios aldeados, 10 (4,3%) negros, e apenas uma pessoa ficou sem a especificação de cor ou raça. Assim, desses rebeldes, 93% eram de população nativa, negra ou mestiça, isto é, pobres, e de negros provavelmente escravizados.

Quando o movimento começou a fraquejar em Belém, em meados de 1833, deslocou-se para o médio Amazonas, atingindo Luzea, sob o comando do tuxaua, isto é, do cacique Manoel Marques. O destacamento local foi atacado, morrendo os trinta soldados que ali atuavam. Em seguida, foram eliminados os moradores “brancos”, especialmente os portugueses. O tuxaua Ambrósio, da missão Nossa Senhora da Conceição dos Maués, liderou a rebelião no baixo Andirá, atingindo Silves, onde ocorreram também muitas mortes. Preso, foi deportado para lugar incerto, e morto logo depois.

Apesar dessa baixa, os revolucionários não desistiram. Uma nova liderança surgiu: o tuxaua Crispim Leão, “diretor de índio” da Missão de Vila Nova da Rainha, atual Parintins. Não apoiou o movimento no início, por causa do cargo que tinha. Mas, revoltado com a conduta das forças legalistas, assumiu a luta. Com um grande grupo de Maué, na tarde do dia 24 de junho de 1833 ocupou a ilha de Tupinambarana, surpreendendo os portugueses, que comemoravam a festa de São João em suas propriedades.

Vitoriosos, partiram para Andirá, transformando a vila numa grande fogueira, com todas as casas incendiadas. No fragor do combate, uma bala atingiu mortalmente o tuxaua. Mas a luta continuou. Os revolucionários indígenas dirigiram-se a Parintins, atacando a vila e obrigando os moradores a se refugiarem em Óbidos.

Durante quatro anos Luzea passou a ser o centro da resistência cabana. Somente em 1837 a vila foi recuperada pelas forças legalistas, sob o comando de Ambrósio Ayres Bararoá. Dispersos, os Maué subiram o Tapajós, refugiando-se nos seus afluentes e mantendo uma luta de guerrilha.

Desgastados com essa longa guerra, em 1840 “novecentos e oitenta rebeldes com as suas armas, arcos e flechas, apresentaram-se às autoridades em Luzea”, como afirma um documento oficial da época². Como se comprova, eram todos revolucionários indígenas.

Os Mura também se destacaram, com atuação decisiva, principalmente na fase final do conflito. Como dominavam os rios do médio Amazonas, fizeram frente ao contra-ataque imperial, a partir de 1837.

As forças legalistas ocuparam Manaus e parte do alto Amazonas. Comandando ações repressivas, o mestiço Bararoá circu-

lava por rios e igarapés à procura de cabanos, prendendo e matando, após simples denúncias. Numa expedição punitiva no lago Autazes, território tradicional dos Mura onde muitos cabanos haviam se refugiado, o grupo repressor foi surpreendido numa emboscada “por sete canoas rebeldes, sendo a maior parte com guerreiros Mura”, como relatou depois o coronel Luiz de Souza, comandante-adjunto da expedição. Numa tentativa de fuga, Bararoá alcançou uma das margens do lago, mas foi capturado e morto, e, dessa maneira, foi vingada a morte de tantos cabanos³. Este episódio desencadeou uma nova repressão contra os Mura.

As repressões pós-cabanagem foram muito violentas. Os legalistas vangloriavam-se em apresentar orelhas dos cabanos mortos como troféus de guerra. Das 24 mil pessoas que viviam em Belém, em 1820, apenas 13 mil foram registradas em 1839, com uma queda populacional de quase 50%, em consequência das mortes e das fugas para o interior⁴.

Dos sessenta mil Mura que viviam na Amazônia em 1826, restaram apenas mil e trezentos, distribuídos em oito povoações, segundo levantamento feito por funcionários do Império, trinta anos depois, em 1856⁵. Este foi mais um genocídio que não pode ser esquecido pela nossa história. ♦

- 1 MOREIRA NETO, Carlos, *Índios da Amazônia, de maioria a minoria*, 1988, p. 77.
- 2 *Relatório de 1840*, ap. MOREIRA NETO, 1988, p. 137
- 3 *Id.*, ib., p. 109.
- 4 In: CHIAVENATTO, J.J., *Cabanagem o povo no poder*, 1984, p. 151.
- 5 *Mapa Estatístico dos Aldeamentos de Índios*. Apud, MOREIRA Neto, id. *Id.*, p. 112.

